

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

ANDRÉ SOUZA DA SILVA

**Sem teto, entre ruínas: a imagem de Portugal em *a máquina de fazer espanhóis*, de
Valter Hugo Mãe**

(Versão Corrigida)

São Paulo
2023

ANDRÉ SOUZA DA SILVA

**Sem teto, entre ruínas: a imagem de Portugal em *a máquina de fazer espanhóis*, de
Valter Hugo Mãe**

(Versão Corrigida)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dra. Aparecida de Fátima Bueno

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586s Silva, André Souza da
Sem teto, entre ruínas: a imagem de Portugal em a máquina de fazer espanhóis, de Valter Hugo Mãe / André Souza da Silva; orientadora Aparecida de Fátima Bueno - São Paulo, 2023.
84 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

1. Portugal. 2. Europa. 3. Salazarismo. 4. Memória. 5. Literatura Portuguesa. I. Bueno, Aparecida de Fátima, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): André Souza da Silva

Data da defesa: 15/02/2024

Nome do Prof. (a) orientador (a): Aparecida de Fátima Bueno

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/07/2024



Profa. Dra. Aparecida de Fátima Bueno

Para Antonio Vicente da Silva e Adriano Souza da Silva,
onde quer que estejam.
Para Maria Conceição Souza, onde quer que esteja.
Para Maria Borges da Silva Vieira e José de Souza Vieira, em vida.

AGRADECIMENTOS

À Fátima Bueno, minha orientadora, pelo tratamento cuidadoso, pelo carinho, pela atenção, pela paciência, pela compreensão e pelo zelo de sua leitura, capaz de preencher as lacunas, de apontar os caminhos, de melhorar a minha escrita e a minha compreensão dos fatos. A você, Fátima, muitíssimo obrigado!

À Isa, minha companheira de vida, com quem me casei no curso desta dissertação, sem a qual este texto, pelos mais diversos motivos, não teria sido o mesmo. A você, minha fortaleza, muito obrigado por tudo, especialmente pela passagem dos dias mais difíceis, pelo encorajamento necessário, pelo entendimento da minha ausência em dado momento e por sempre acreditar em mim. Amo você!

À dona Lu, minha sogra, que faz questão de lembrar, sempre que pode, do quanto me admira, colocando-me inclusive em suas orações. A ela, pelo carinho tão bonito e pela energia com a qual me nutre, muito obrigado!

À Nislene, à Nione, à Paula, à Marilene, à Mariane, ao Ricardo, ao Marcos, ao Cleber. A vocês, obrigado pelo convívio, pela torcida, pela ajuda, pelas conversas e por acreditarem, cada um à sua maneira, nesta e noutras empreitadas da minha vida.

Aos amigos de longa data, os quais, traduzidos em algumas pessoas, acreditaram nesta pesquisa.

À Mafalda Falcão, ao Álvaro Cortés e ao Manoel Ramos do Ó, amigos de uma mui saudosa época portuguesa, mantida além-fronteiras, pródiga em prosa, poesia, livros, traduções, revisões e projetos compartilhados. A cada um de vocês, por tudo, obrigado!

À Maíra, à Priscila, à Stéfani, à Amanda, ao Érik, ao Yoisell e ao Alesson. A cada um de vocês, pelas múltiplas trocas, pelas problematizações, pelas angústias divididas e pelos momentos juntos, muito obrigado!

À Francine Ricieri, à Mirhiane Mendes de Abreu, à Luciana Coronel, ao Leonardo Gandolfi, ao Caio Gagliardi e ao Pedro Eiras pela importância que tiveram em diferentes momentos da minha formação acadêmica.

Ao Gabriel Magalhães, professor do Departamento de Letras da Universidade de Évora, que gentil e prontamente enviou-me um livro que se revelou importante para uma parte desta pesquisa.

Aos meus alunos, a quem ensino o que sei e com os quais aprendo, diariamente, o que ainda não sei.

À Paula Fábrio e à Vera Bastazin pelos comentários, pelas críticas, pelas sugestões e apontamentos feitos durante o Exame de Qualificação.

À UNIFESP, à FLUP e à USP, que me formaram humana e intelectualmente!

À CAPES, pelo apoio financeiro a esse projeto de fevereiro a abril de 2019.

À FAPESP, pelo apoio financeiro e institucional (N.º de processo 2019/02591-2), sobretudo durante a Pandemia de Coronavírus, que permitiram, num momento tão difícil, a continuidade e a pronta execução desta dissertação. As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade total do autor e não refletem necessariamente a visão da FAPESP ou da CAPES.

“Os portugueses ainda vivem
com um excesso de passado.”

Eduardo Lourenço

RESUMO

SILVA, André Souza da. **Sem teto, entre ruínas: a imagem de Portugal em *a máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe**. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 2023.

Este trabalho apresenta uma leitura do romance *a máquina de fazer espanhóis* (2010), de Valter Hugo Mãe, a partir do percurso analítico de duas personagens: o narrador António Jorge da Silva – o Sr. Silva – e o seu colega de asilo Cristiano Mendes da Silva – o Silva da Europa. À luz do primeiro, buscamos compreender a imagem de Portugal em confronto com a memória da ditadura salazarista encerrada em 25 de abril de 1974 e, por meio do segundo, o balanço do ingresso do país na então Comunidade Econômica Europeia em 1º de janeiro de 1986, cujo exame leva-nos também a debater a influência de Espanha sobre o imaginário português. Assim, baseado no olhar dos dois Silvas e nos estudos de teóricos como Eduardo Lourenço (1978), Margarida Calafate Ribeiro (2004), Maurice Halbwachs (1991), Fredric Jameson (2007), Ecléa Bosi (1979) e Boaventura de Sousa Santos (2011), procuramos demonstrar a forma como a obra confronta velhos lugares do passado, abre as portas a um futuro menos impregnado pela mitologia colonial e debate o presente ao apresentar um novo destino para a história portuguesa.

Palavras-chave: Portugal. História. Europa. Memória. Literatura Portuguesa.

ABSTRACT

SILVA, André Souza da. **Without ceiling, among ruins: the image of Portugal in a machine make spaniards**, by **Valter Hugo Mãe**. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 2023.

This essay presents the reading of Valter Hugo Mãe's novel *a máquina de fazer espanhóis* (2010) from the analytical course of two characters: the narrator António Jorge da Silva — Sr. Silva — and his colleague from the asylum Cristiano Mendes da Silva — Silva da Europa. Following the first character, we seek to understand Portugal's image when confronted with the memory of Salazar's dictatorship which ended on April 25, 1974, and, through the eyes of the second, the aftermath of the country's admission to the (then) European Economic Community on January 1, 1986, whose analysis leads us to discuss Spain's influence in Portugal's imaginary. Thus, from the perspective of both Silvas and theoretical studies by Eduardo Lourenço (1978), Margarida Calafate Ribeiro (2004), Maurice Halbwachs (1991), Fredric Jameson (2007), Ecléa Bosi (1979) and Boaventura de Sousa Santos (2011), we aim to demonstrate how this book faces ancient places from the past, welcomes a future with less colonial mythology, and discusses the present by proposing a new fate for the Portuguese history.

Keywords: Portugal. History. Europa. Memory. Portuguese Literature.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – Repensar a história portuguesa	18
1.1. Entre memória e história.....	17
1.2. O tratamento da história n’ <i>a máquina de fazer espanhóis</i>	23
1.3. A memória coletiva e a sua articulação com o passado.....	31
Capítulo II – Portugal na Europa: entre o centro e a periferia	40
2.1. Portugal, a Espanha e a Europa.....	39
2.2. O iberismo como utopia.....	52
2.3. <i>A máquina de fazer espanhóis é Portugal</i>	62
Considerações finais	73
Bibliografia	75
Anexos	80

Introdução

Uma pesquisa que se dedique, hoje, a estudar a imagem de Portugal a partir da literatura terá que passar, incontornavelmente, pelo ensaísmo de Eduardo Lourenço, um dos mais profundos conhecedores da cultura portuguesa. São dele, por exemplo, textos basilares como *O Labirinto da Saudade* (1978) e *Mitologia da Saudade* (1999), que são imprescindíveis para a compreensão do imaginário em cima do qual se ergueu a história daquele país. Apesar da distância que os separa, a abordagem crítica de Lourenço, calcada na interpretação da imagem e do destino que a literatura ofereceu a Portugal, permanece inalterada nos dois livros. O que mudou, naturalmente, como nos mostra o estudioso, foi a fisionomia do país que a foi recebendo pelas mãos dos mais diversos autores a partir do século XIX, quando a ressignificação da cultura e da identidade lusitanas foram debatidas exaustivamente por nomes como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e pelos líderes da Geração de 70, cujas obras puseram Portugal no centro da escrita ao lidarem com “*a realidade específica e autônoma da pátria*” (LOURENÇO, 2016, p. 98, itálicos do autor).

O século seguinte, como demonstrado principalmente após o salazarismo – e antes por Fernando Pessoa –, também não deixou de se debruçar sobre essas questões, valendo-se muitas vezes do contato com a tradição para seguir debatendo as nuances da identidade portuguesa, seguramente um dos grandes motes de prosadores tão diversos como José Saramago, Lídia Jorge, António Lobo Antunes, Almeida Faria. Naquela altura, porém, depois de oitocentos anos, pela primeira vez desde a fundação promovida pela dinastia afonsina, Portugal não sabia se imaginar como Destino, vendo-se perdido e sem nenhuma missão particular no mundo com o fim de seu longo Império e o regresso tardio à Europa descolonizada (LOURENÇO, 2012). Surge daí, então, em linhas gerais, a necessidade e o momento ideal para se fazer o que, na prática, em um país de pouca tradição filosófica, ficou reservado à literatura, a qual cabia “revisitar, reexaminar, situar e ler o passado [sob uma] perspectiva mais exigente e crítica, em particular na época moderna, [marcada pela vexação do Ultimato britânico,] em que a existência [portuguesa] foi submetida a duras e temíveis privações” (LOURENÇO, 2016, p. 14).

Na crítica de Lourenço, repensar Portugal significa colocar à prova, quase sempre por meio da produção romanesca de seus criadores mais importantes, o estado de coisas que desde sempre determinou a forma como o país interpretou a si próprio. Compreende-se, portanto, que a natureza desta revisitação está intimamente ligada à problematização da história imperial, por trás da qual há uma revisão constante da identidade, das imagens

e símbolos pertencentes à mitologia cultural portuguesa teorizada pelo ensaísta¹. Debatê-la, geralmente, para Lourenço, é uma forma de fazer com que Portugal tenha, quem sabe, uma história mais próxima de sua estatura no mundo – a um só tempo menos megalômana e menos complexada em relação à sua identidade –, ideia da qual também compartilham, guardadas as diferenças teóricas e metodológicas, pensadores como Boaventura de Sousa Santos (2011), Margarida Calafate Ribeiro (2004) e José Gil (2012), aos quais voltaremos com maior ou menor frequência no decorrer deste texto.

De alguma forma, num primeiro momento, pode parecer estranho que baseemos nossa pesquisa em obras publicadas já há algum tempo para pensar a imagem e o destino que um romance ultra-contemporâneo apresenta de Portugal. O país, é verdade, já pouco se assemelha àquele do século XX, conhecido de perto por Lourenço, atravessado por uma ditadura cruel e longa, distante da Europa democrática e desenvolvida, afundado numa Guerra Colonial (1961-1974) tida como anacrônica para a época e bastante atrasado econômica e socialmente. Seja como for, os temas discutidos por Valter Hugo Mãe, ou ao menos parte deles, ainda são os mesmos estudados nas obras lourencianas referidas anteriormente, o que indica a inquietação do nosso objeto de análise, em pleno século XXI, com algumas das questões que deram forma à identidade lusítada.

Segundo Luís Mourão (2016, p. 313), em 2010, com o aparecimento d'*a máquina de fazer espanhóis*, “retoma-se um quadro temático fundamental da ficção posterior ao 25 de Abril de 1974, grandemente preocupada com os temas do ser português, do destino português e afins”. A matriz desse pensamento, como destaca Mourão, remete ao que chamou de “década lourenciana”, tamanha foi a influência do teórico sobre a crítica e a literatura produzidas durante os anos 1980, com a qual *a máquina* dialoga ao abordar o salazarismo, a perspectiva de Portugal na União Europeia (UE) e a imagem de periferia que se converterá, afinal, em nossa leitura, no destino oferecido à nação.

A permanência destes temas na atualidade, em face do número de textos que já se escreveu a respeito, obriga-nos, na esteira de Lourenço, a estabelecer o diálogo que nos é possível com a tradição. Não é de agora, por exemplo, que a Espanha – determinante para a compreensão do destino ao qual chegaremos e presente até mesmo no título da obra em análise – se vê envolvida nos sonhos e projetos de afirmação portugueses. Por isso, num

¹ “Toda a leitura do nosso passado como digno de memória está suspensa do ‘fato’ Descobertas. E como essa leitura é uma trama densa de textos em que esse “fato” se comentou, glosou, cantou, analisou, mais raramente se discutiu, nela e com ela se constitui o mito português, por excelência, de povo descobridor. Não temos outro” (LOURENÇO apud SANTOS, 2011, p. 50).

exercício diacrônico e em alguma medida até comparatista, nomes como o de Almeida Garrett (1830), Antero de Quental (2016), Eça de Queirós (2002), José Saramago (1999), Miguel Torga (1982) e Natália Correia (2003)² juntam-se a Hugo Mãe – de quem também recuperamos dois poemas desconhecidos sobre o tema, um deles homônimo do romance, publicados inicialmente em *pornografia erudita* (2007) e depois desaparecidos da obra poética do autor – para pensar, de modo geral, por que a Europa ainda parece um terreno pantanoso sobre o qual Portugal, em diferentes épocas, parece não encontrar a sustentação desejada, sendo a Espanha uma espécie de fantasma que vem sempre à tona em momentos de crise.

Para responder à questão, parte do estudo que propomos tem como foco Cristiano Mendes da Silva, o Silva da Europa, personagem de quem, enquanto leitores, a não ser pela mediação do narrador em primeira pessoa, pouco sabemos³. O seu apelido, contudo, quando associado à maioria de suas falas em relação à posição de Portugal na Europa, revela-nos a dubiedade da relação que mantém com o continente, que não valoriza a si e ao seu país como gostaria. Defensor da União Europeia – para si uma grande conquista dos portugueses –, irá depor a favor do bloco sempre que possível, mas também o porá em causa ao constatar algumas diferenças entre Portugal e Espanha, não obstante a antiga comparação com a França, por meio da qual sempre se buscou a centralidade desejada dentro de uma Europa que costumeiramente o empurra em direção à periferia cultural ou financeira. São estes, em resumo, os tópicos discutidos em “Portugal na Europa: entre o centro e a periferia”, calcado numa espécie de limbo do qual o Silva da Europa se revelará um grande porta-voz.

Antes, contudo, nas duas primeiras partes que compõem o capítulo “Repensar a história portuguesa”, a fim de demonstrar as relações existentes entre memória e história,

² Optamos por utilizar as datas das edições consultadas. Entretanto, como cabe salientar para evitar qualquer anacronismo, as obras citadas são originalmente dos séculos XIX e XX, o que justifica, portanto, a presença de seus autores dentro do debate cultural que propomos. Isso também se aplica à *Memória e Sociedade*, de Ecléa Bosi, publicado em 1979 e grafado, neste texto, com a data da edição utilizada por nós. Salienta-se, por fim, que, nas citações diretas d’*a máquina de fazer espanhóis*, visando respeitar a opção de seu autor, utilizaremos as letras minúsculas com as quais Mãe escreveu o romance.

³ “você está aqui na conversa há não sei quanto tempo e não me diz o que cá veio fazer. encarou-me com um sorriso insuportável nos lábios e respondeu-me, então, vim para cá como os outros, passa a ser a minha casa, não é normal. (...) mas é um rapaz novo, tem muito para andar. nada disso, já me reformei, e a gente quer mordomias de hotel é quando ainda as aproveita. não vou ficar em casa sozinho (...) já fiz sessenta e seis anos, pode dizer-se que estou na terceira idade” (MÃE, 2016, p. 101). Diálogos prosseguem e muito pouco nos é revelado sobre as razões que levaram o Silva da Europa ao asilo. Suas memórias são em sua maioria políticas, ainda que, misteriosamente, para o que não haverá explicação, no início do romance, ele mesmo diga: “eu sou daqueles a quem a vida doeu e, mais cedo me possa estender a descansar, mais feliz me ponho” (MÃE, 2016, p. 30).

com base em estudos de críticos como Perry Anderson (2007), Fredric Jameson (2007), Linda Hutcheon (1991) e Hayden White (2009), apresentamos uma “nova” interpretação da história por parte da literatura, que julgamos importante para a compreensão do diálogo que se estabelece com o passado na narrativa em estudo⁴. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, à luz de textos escritos por Jeanne Marie Gagnebin (2009), Ecléa Bosi (2016) e Maurice Halbwachs (1990), visando discutir a importância da memória e a sua articulação com o passado, analisamos a experiência coletiva do salazarismo sob a perspectiva de alguém que, mesmo arrependido, se deixou levar pelos valores cultuados pelo regime, colaborando com ele e ajudando a levar adiante muito do que definiu, durante boa parte daquele período, o que os ideólogos da ditadura chamavam de portugalidade⁵.

É este o caso do narrador-protagonista António Jorge da Silva, o Sr. Silva, que aos 84 anos, depois de perder Laura, sua esposa, é mandado por Elisa, sua filha, para o Lar da Feliz Idade, na região do Porto. Lá, na presença de outros internos, contrariando o nome dado ao asilo, o tempo de vida que lhe resta será atravessado pela dor renitente do luto, pela imposição da velhice, pelo aprendizado custoso da amizade e, principalmente, pela rememoração de uma história individual que também se mostrará coletiva ao ecoar na vida privada de seus colegas – especialmente na do Silva europeu, com quem travará discussões a partir das quais vai se revelando uma imagem cambaleante de Portugal e das personagens que a externalizam, as quais, juntas, sem que percebam, refazem, repensam, reconstroem e atualizam as experiências do passado.

A ausência de um narrador onisciente a mediar o que podemos considerar as ações mais preponderantes do romance coloca-nos diante de “homens-narrativa” (TODOROV, 2013), isto é, diante de personagens que mesmo não sendo alegóricas transformam-se em símbolos da história que nos contam, tamanha é a ligação entre ambas. É isso o que ocorre com o Silva da Europa, assim apelidado pelo colega Silva por trazer consigo um discurso europeísta muito acentuado e pouco convicto, enquanto aquele, mais velho e educado por

⁴ A presença de teóricos estrangeiros na discussão proposta neste capítulo se justifica pelo fato de estarmos interessados no modo como o Sr. Silva, pelo viés memorialístico, trata a história da qual foi vítima. Diante de temas mais notadamente portugueses, como já salientamos aqui, nomes como Eduardo Lourenço, José Gil, Boaventura de Sousa Santos e Margarida Calafate Ribeiro são tomados como aporte teórico.

⁵ Segundo Vitor de Sousa (2017, p. 290), a palavra portugalidade foi utilizada pela primeira vez em meados dos anos 1950, tornando-se um produto do Estado Novo (1933-1974). O termo aparece ligado à revogação do Ato Colonial de 1930, quando, para reafirmar o seu poder sobre as colônias e coibir as revoltas que surgiam, Portugal passou a denominá-las como províncias ultramarinas, criando logo em seguida o lema “Portugal do Minho a Timor”, por meio do qual se defendia a ideia de uma nação una e indivisível. A portugalidade, portanto, tem conotação nacionalista e remete a uma unidade de costumes baseada nos valores propalados pela propaganda de Salazar.

mais tempo sob as amarras do regime salazarista, não consegue se desprender totalmente da ditadura que consumiu mais da metade de sua vida, marcando-o de maneira indelével.

De certa forma, como notou Maria Fantin (2016, p. 361) ao comentar os diálogos entre os Silvas, “é como se o europeu viesse a preencher as lacunas e ausências dos relatos do protagonista”, instaurando no enredo forças a partir das quais se revela o embate vivido por Portugal desde os Cravos de Abril (1974), marcado pela busca de um novo lugar na Europa e ao mesmo tempo atormentado pelo velho trauma do salazarismo – o qual, sendo produto de uma sociedade que ainda reluta em discuti-lo abertamente, desfruta da “não-inscrição” no cotidiano (GIL, 2012). Por estarem ligadas a esses eventos, as personagens sugerem ao leitor uma chave de interpretação, uma vez que os elementos que o romancista escolhe para apresentá-las, como ensina Antonio Candido (2014), são indicativos de sua genealogia, isto é, daquilo que não está indicado em primeiro plano.

Ao centrarmos nosso olhar sobre as duas personagens, buscamos analisar os dois movimentos em cima dos quais o livro se constitui: “a emergência do passado no presente, com a evocação da memória salazarista [mais ligada ao Silva narrador], e o olhar para o futuro, a partir da reinserção de Portugal num novo panorama cultural e político europeu [sobre o qual o Silva da Europa mais falará]” (OTSUKA, 2016, p. 07). Portanto, trata-se de compreender, com o auxílio do olhar atento dos Silvas, o modo como o país confronta velhos lugares do passado, abre as portas a um futuro menos impregnado pela mitologia que o formou e debate o presente ao promover – um pouco como a geração que começou a publicar já quase no fim da era salazarista – “a desmontagem e a contestação (...) dos comportamentos viscerais da alma portuguesa, dos seus tabus milenários [e] do seu medo de si mesma” (LOURENÇO, 1993, p. 258-260).

Como se verá adiante, para que tal intento seja possível, é preciso tocar em feridas ainda abertas como António Salazar, na conturbada relação com a Espanha e nas marcas adjacentes – mas pouco exploradas no romance – do projeto colonial, bem como no papel desempenhado por símbolos pátrios como Nossa Senhora de Fátima, o clube de futebol Benfica, a conhecida fadista Amália Rodrigues e até em Camões. O lugar para o qual este novo discurso cultural nos leva, a evidenciar, conseqüentemente, uma nova imagem de Portugal, é o que avaliaremos nas “Considerações finais”, quando veremos se o país, n’*a máquina de fazer espanhóis* (2010), pela mão de Valter Hugo Mãe, ao fazer o balanço de sua trajetória às portas de quase cinquenta anos de redemocratização, se adaptou, enfim,

“àquilo que é e que pode”, como queria saber Eduardo Lourenço em 1978⁶ ao perguntar-se, como tantos escritores antes de si, o que seria feito de Portugal.

⁶ Referimo-nos à primeira edição de *O Labirinto da Saudade*, publicada em Portugal ainda na efervescência da Revolução dos Cravos. A edição da qual nos valem foi publicada no Brasil pela editora Tinta da China somente em 2016, por isso, para efeito de esclarecimento e melhor compreensão do contexto histórico por parte do leitor, salientamos que, sempre que citarmos o ensaísta acompanhado do ano de 2016, estamos, na verdade, fazendo menção a uma obra que veio a lume em 1978.

Capítulo 1- Repensar a história portuguesa

*O velho abutre é sábio e alisa as suas penas
A podridão lhe agrada e seus discursos
Têm o dom de tornar as almas mais pequenas
(Sophia de Mello Breyner Andresen)*

*Cada escritor consciente da nova era escreverá (...)
o seu pessoal discurso à sua nação, cada um se sentirá
profeta ou mesmo messias de destinos pátrios,
vivididos e concebidos como revelação, manifestação
e culto das respectivas almas nacionais.
(Eduardo Lourenço)*

1.1. Entre memória e história

Em 2004, pouco mais de vinte anos após a afirmação do Novo Historicismo como corrente teórica, o crítico Fredric Jameson, que já havia apontado a crise da representação histórica noutros estudos, perguntava-se se o romance histórico, tal como o conhecemos, ainda seria possível dentro da chamada pós-modernidade⁷. A resposta, proferida em uma comunicação acadêmica que seria traduzida para português e publicada na revista *Novos Estudos* em 2007, querendo-se positiva, não poderia ser construída com base na assunção da forma literária no século XIX, então um subgênero da épica, nascida num contexto de afirmação e acirramento do nacionalismo romântico na Europa convulsãoária, quando a expansão territorial do exército de Napoleão galgava fronteiras no rescaldo da Revolução Francesa (1789-1799).

Para o teórico, essa forma de romance histórico não é mais possível porque, depois do impacto causado pelo Modernismo e do período que separou as duas guerras mundiais, a sociedade, atravessada pelo imediatismo, passou a interessar-se menos pelas conexões estabelecidas com o passado remoto, sem conexão viva com a problemática da existência contemporânea. Ainda assim, como destaca Jameson, a literatura do presente não deixou de interseccionar, à sua maneira, por meio da paródia, da intertextualidade, do hibridismo

⁷ Neste espaço, é pouco proveitoso nos determos na polêmica que cerca o “pós-modernismo”, para alguns teóricos uma nova tentativa de rever todo e qualquer objetivismo, para outros sinônimo de uma relativização algo desnecessária. Seja como for, como cumpre dizer, o nosso estudo leva em consideração características do romance contemporâneo que se convencionou chamar, a partir de 1960, de pós-moderno. Ademais, em *Poética do Pós-Modernismo* (1991), Linda Hutcheon apresenta uma longa teorização acerca do tema, cuja ligação com a história também fora pensada categoricamente por Jean-François Lyotard num livro como *A condição pós-moderna* (1979).

de gêneros, da metaficção historiográfica, do discurso polifônico e da reescritura de textos “um plano público ou histórico (definido seja por costumes, eventos, crises ou líderes) e um plano existencial ou individual representado pela categoria narrativa que chamamos de personagens” (JAMESON, 2007, p. 192).

Segundo Jameson, o que teria mudado em relação ao romance histórico tradicional estudado por Georg Lukács no clássico publicado em 1936 foi a maneira como o passado passou a ser realmente determinante na vida e na constituição das personagens, que agora já não se contentam somente em acompanhar a trajetória do suposto herói, exigindo para si o protagonismo comum aos grandes caracteres. Com a mudança promovida pelo pós-modernismo, cai por terra o modelo antigo e canônico de romance histórico, pródigo em “figuras reais entretecidas como personagens de ficção, heróis de estatura mediana e uma poderosa narrativa subterrânea ligada à imagem de progresso e à emancipação da nação” (ANDERSON, 2007, p. 216).

Noutras palavras, abandona-se a interpretação generalista de Lukács e passa-se a apontar a pluralidade e a diferença entre as personagens, que por estarem inseridas nos mais diversos cenários geopolíticos, econômicos e socioculturais são interpretadas como sujeitos descentrados e fragmentados (HALL, 2015), incapazes, portanto, de indicar uma tendência geral a partir de uma análise particular. Em regra, para efeito de comparação, o romance histórico da atualidade difere-se do modelo fixado por Walter Scott (1771-1832) nos compêndios literários na medida em que é capaz de mostrar, mutuamente, a interseção dos planos individuais e históricos.

Ao contrário do que se verifica no autor de *Ivanhoé* (1820), tomado como um dos exemplos mais bem acabados na percepção de Lukács (2011) em relação ao tratamento da história por tratar justamente de figuras grandiosas trazidas conscientemente para o interior da obra literária, “o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (JAMESON, 2007, p. 192), afetando-os de alguma forma. Ora, é precisamente isso que ocorre com o Sr. Silva n’*a máquina de fazer espanhóis*, cuja vida, ainda que tardiamente, durante a velhice, passa a ser atormentada por um sentimento de traição que o conduz a uma tentativa de reconciliação consigo mesmo, com o seu país, com o seu povo, sobretudo depois de haver delatado, anos depois, à Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) um jovem opositor que lhe invadiu a barbearia num fatídico “cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e sete” (MÃE, 2016, p. 143), quando a perseguição política já havia se transformado em um mecanismo de controle largamente utilizado pelo Estado.

arrepentia-me do fascismo e de ter sido cordeiro tão perto da consciência, sabendo tão bem o que era o melhor valor, mas sempre o ignorando, preferindo a segurança das hipocrisias instaladas. (...) fui um filho da puta e merecia ser punido, fiz do meu país um lugar de gente desconfiada, nenhum povo unido. eu precisava que me deixassem morrer inteiro. um monte de peles e carnes derrubadas, mas inteiro, com a vergonha de ter sido conivente e o orgulho de ter percebido tudo. (MÃE, 2016, p. 255-256)

No momento em que está prestes a morrer, em uma de suas últimas intervenções, indicando novamente a imbricação de planos comentada por Jameson (2007), o Sr. Silva arrepende-se de sua incapacidade para se dedicar a alguém que, a rigor, não compusesse o seu tecido familiar, martirizando-se também por não haver constatado antes o quanto a castração imposta pelo regime lhe pautou a vida, as decisões e a forma como se relacionou com os outros, sempre “desclassificados no concurso tão rigoroso dos seus sentimentos” (MÃE, 2016, p. 182). Em virtude disso, como revela:

eu deixava que a sociedade fosse apodrecendo sob aquele tecido de famílias de bem, um mar imenso de famílias de aparências, todas numa lavagem cerebral social que lhes punha o mundo diante dos olhos sublinhado a lápis azul, para melhor vermos o que melhor queriam que apreciássemos. as glórias de salazar, eram tão grandes as pontes e longas as estradas, eram tão bonitas as criancinhas a fazerem desporto e a cantarem letrinhas patrióticas. parecíamos um grande cenário de legos, pobrezinhos mas tão lavadinhos por dentro e por fora. (MÃE, 2016, p. 146)

De alguma forma, a chegada da morte ao lado de outros Silvas, como o Sr. Álvaro Silva Pereira, o Sr. Anísio Silva Franco, o Sr. João da Silva Esteves e do Silva da Europa – Cristiano Mendes da Silva –, mostrou ao protagonista a importância e a alegria de uma companhia agradável, fazendo-o imaginar que os colegas talvez o tivessem ensinado algo sobre a solidariedade, o livrado da melancolia profunda, de parte do ódio que sentia pelas pessoas após a morte de Laura⁸ e até o convencido a resistir às privações que lhe pautaram a vida, em sua maioria impostas pela figura de Salazar.

⁸ É possível interpretar os capítulos dois, três e quatro da *máquina*, ou eventualmente o livro inteiro, a partir de *Luto e melancolia* (1917), ensaio no qual Freud busca compreender o que chama de “sentimento do eu”. Na proposta do psicanalista austríaco, o sujeito melancólico é alguém esvaziado de si mesmo, razão pela qual se autodesvaloriza e perde a força necessária para se recompor e seguir vivendo diante da ausência do objeto perdido, prostrando-se num estado de queixume. O enlutado, por sua vez, faz do mundo um lugar vazio de sentido devido à ausência da pessoa amada, mas terminado o processo de luto consegue dar novo sentido à sua vida. Embora nunca tenha deixado efetivamente de queixar-se da morte de Laura, parece-nos que, ainda assim, o caso do Silva, que aprende sobre a companhia com base na solidão que lhe resta, é mais o segundo.

ao menos uma vez pudesse eu estar para além da merda de homem amorfo que fora e superar as minhas expectativas. **levar um pouco adiante um orgulho de ser mais do que português, ser pelos portugueses, ser pelas pessoas**, por todas as pessoas que tinham naturalmente todas as maneiras de pensar e só assim devia ser. (...) **adorava sentir coragem para me pôr ali aos berros**, [como o opositor], **mesmo exagerando, mesmo que dizendo parvoíces só pelo prazer de as poder dizer, de poder ajuizar por mim o que quisesse ajuizar**. na minha barbearia. ao menos na minha barbearia. ao menos na minha casa. na minha casa e com a minha boca livre. é um porco [o Salazar, queria dizer]. (MÃE, 2016, p. 147-151, grifo nosso)

Inserido em um tempo essencialmente político que o convida a enfrentar o mundo e não a distanciar-se dele, o Sr. Silva, outrora pouco preocupado com o que não dissesse respeito a si e aos seus, é retirado, mesmo que ao final da vida, do lugar contemplativo, visto que já não pode acompanhar a história com indiferença, sem ser atingido por ela de algum modo. Curiosamente, com o Esteves da tabacaria, personagem do poema publicado por Fernando Pessoa na conhecida revista *Presença* sob a autoria de Álvaro de Campos, também passará algo semelhante. Valendo-se daquilo que permite o recurso intertextual, Mãe o põe na *máquina*, inventa-lhe uma biografia, dá-lhe um nome completo – João da Silva Esteves –, coloca-lhe no Feliz Idade a completar cem anos e devolve-lhe inclusive aquilo que Pessoa lhe tirou no famigerado poema de 1933.

era o meu poema, a tabacaria na capa da maior revista de literatura portuguesa, dirigida com importância pelo José Régio. eu só soube já em trinta e quatro. e depois o Pessoa morreu em trinta e cinco. senti-me afundado na metafísica. não sabia se havia de protestar por me ter mentido ali vertido como um homem sem profundidade, ou se havia de o abraçar pela maravilha de dizer coisas assim, coisas tão interiores como se fossem de ser vistas. e eu tinha razão. havia uma intimidade entre nós, uma ligação para sempre, que me haveria de colocar um pouco nas mãos daquele homem. como se dominasse algo em mim, o orgulho talvez. esse paradoxal orgulho de me ter dirigido o olhar (...) e ao mesmo tempo me ter desgraçado, porque a partir de então não pude mais sonhar com ser vago e feliz. a vida tinha sido, e havia comprovadamente de continuar a ser, um rol de violências sobre as quais ergueríamos infindáveis noites de insônia. (MÃE, 2016, p. 111)

À maneira do Ricardo Reis de José Saramago, célebre personagem do romance publicado em 1984, o Silva reconhece, não sem alguma tristeza, ao passar a vida a limpo, que esteve sempre um pouco à margem da história ao recusar muitos dos envolvimento que não dissessem respeito à sua família e à igreja – duas das instituições mais relevantes para o projeto de dominação de Salazar durante todo o tempo em que ocupou o poder –, pois naquela época sequer registra a existência de amigos próximos pelos quais pudesse nutrir algum tipo de interesse. Vê-se, com base no exposto, que a memória individual traz consigo uma série de componentes sociais que a conectam à memória coletiva, os quais

se revelarão importante para a análise daquilo que é lembrado pelo indivíduo, tanto mais que, segundo o que adverte Bosi (2016), “a memória depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, (...) com os grupos de convívio e de referência peculiares a esse indivíduo” (p. 54).

Dessa forma, de acordo com os estudos de Maurice Halbwachs (1990), não existe memória individual que não seja também um ponto de vista sobre a memória coletiva que nos acompanha enquanto membros de um grupo social (que o teórico irá chamar de grupo de referência). Sendo assim, o que porventura parece pessoal é, na verdade, múltiplo, pois a memória, para o sociólogo, cujas ideias ainda retomaremos mais detidamente, não pode ser encarada como uma evocação trivial do espírito nem tampouco como uma percepção do sonho (como acreditava alguém como Henri Bergson). Por ora, é relevante dizer que a memória é, na realidade, a tentativa de resgate de um passado para o qual são igualmente importantes os sujeitos que se recordam e o conteúdo do que é por eles é lembrado, uma vez que ambos estão localizados em um tempo, em um espaço e num conjunto de relações sociais repletas de significação.

Ligado, durante décadas, a um grupo de referência⁹ que não compartilhava valores semelhantes ao do opositor que acaba entregando à PIDE, o Silva resgata daquele período imagens e lembranças fundamentais para a desconstrução duma memória coletiva que ele mesmo achará, posteriormente, superficial e enganosa em aspectos distintos, ainda que com ela tenha se comprometido e compartilhado pensamentos que o deixou, ao menos por um tempo, ao lado do regime. Desse modo, à luz do pensamento social de Halbwachs (1990), é possível notar não só como as lembranças do Sr. Silva retomam claramente as relações sociais do passado como também são fruto de um processo coletivo de memória partilhado com indivíduos que vivenciaram consigo o período histórico do salazarismo, cuja revisão a personagem põe-se a fazer com a escuta atenta do Silva da Europa, a quem confessa, ao meio do livro, num dos diversos momentos em que se lembra da esposa, que:

⁹ Com base na interpretação da proposição de Halbwachs (1990), um grupo de referência é uma espécie de comunidade da qual o indivíduo já fez parte e com a qual estabeleceu um vínculo afetivo de pensamentos na igreja, na agremiação política, no trabalho, identificando-se com ele e confundindo seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem, ainda que apartado dele, de retomar os seus modos de pensamento e a experiência vivida. Trata-se, em suma, de uma comunidade afetiva que permite ao sujeito atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo do qual fez parte, retomando o hábito e o poder de lembrar como membro daquele grupo, mesmo que seja para distanciar-se dele ou para apontar as diferenças que se estabeleceram com a passagem do tempo, na esteira do que faz o Sr. Silva ao narrar suas memórias políticas.

nós fizemos tudo pela igreja porque as convenções, à época, eram muito mais rígidas do que aquilo que a frescura da juventude nos permitia almejar. ainda nos marcavam as idas à missa, mas, sobretudo, uma dificuldade em cortar com o que os outros esperariam da nossa conduta. começamos por achar que até da igreja adviria uma benignidade tranquila e natural. por isso nos acercávamos mais da vida religiosa e tentávamos acreditar que aquela especulação das almas e o improvável do invisível serviria para nos levar a uma melhor humanidade. eu e a laura assistíamos às missas de domingo, muito esperançados na ideia de que começar uma vida a dois seria melhor assim, com as bênçãos sagradas, e aqueles crentes todos em nosso redor, com cara de quem nos ajudaria por ofício de fé, com ar de quem gostava de nós e se preocuparia com as nossas misérias. (MÃE, 2016, p. 93)

De alguma forma, é como se o personagem buscasse nas duas grandes instituições do regime a abstração necessária para não se confrontar com a dor de haver perdido um filho em meio à pobreza aviltante, “às garras de um deus cretino” (MÃE, 2016, p. 183), que só servia para alimentar os interesses de quem lhe segregava a vida, impedindo-o de vivê-la sem medo, com a plenitude e com a dignidade de que gostaria durante a juventude atormentada pela censura. Como o Silva parece concluir, era melhor ter se envolvido com as pessoas muito além da ideia de coletividade falseada pelo regime, fazendo da alteridade uma prática que o poupasse do arrependimento, do remorso sem retorno e da angústia que dão corpo às suas lembranças e o acompanham, precisamente, até os últimos dias de vida.

achamos sempre que não nos dizem respeito as questões verdadeiramente universais, esperamos que exista no universo uma entidade maior, tentacular e poderosa, que venha obviar estas situações e nos desculpe o não envolvimento, o nenhum compromisso, porque somos pequenos, apenas um grão de areia no cosmos. (...) o compromisso, pensei eu a vida inteira, é algo restrito e que se tabela pela mais premente sobrevivência. casar, amar, comer, ter filhos, viver para sempre. não morrer. nunca morrer. nem deixar ninguém morrer, ninguém do núcleo fundamental, claro está. não deixar nunca que isso aconteça, de outro modo, tudo se desmorona e a luta [como afinal parece concluir acerca da vida após a partida de Laura e o distanciamento dos filhos] foi um fracasso. (MÃE, 2016, p. 182-184)

1.2. O tratamento da história n'a máquina de fazer espanhóis

Conforme Perry Anderson (2007), a mudança de gênese no tratamento da história ganha espaço nos estudos romanescos em meados de 1970, trazendo à tona, à maneira do que queria o Neorrealismo, a perspectiva de marginais e excluídos. Inaugurava-se, assim, para Marilena Chauí (2012), uma versão em tudo oposta “[à] história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisar a tradição dos vencidos” (p. 17). A partir

dessa concepção, como explica a filósofa, a memória de alguns eventos da vida cotidiana parece se transformar numa espécie de catástrofe – como será catastrófica para o Sr. Silva a desconfiança inculcada pelo regime e a sua incapacidade de se relacionar com o outro – sobre a qual o historiador e o romancista, opondo-se àqueles de índole historicista, com base na leitura marxista de Walter Benjamin (2018a), devem se debruçar para garantir a interrupção do processo de transmissão acostumado a dar voz somente ao vencedor.

“Numa tentativa desesperada de nos acordar para a história”, o romance histórico contemporâneo traduz, na visão de Anderson (2007), com a qual Benjamin (2018a) muito provavelmente concordaria, a experiência da derrota, estágio ao qual a forma antiga, “por sustentar apenas a necessidade histórica dos vencedores”, jamais chegou a atingir. Sendo assim, a partir de um enquadramento analítico que serve também a Portugal – sem negar, de acordo com Margarida Calafate Ribeiro (2012), a sobrevivência no país de um tipo de romance histórico muito pouco conhecido fora do circuito acadêmico especializado, mas ainda profundamente alinhado à forma tradicional e progressista –, narrar-se-á, do ponto de vista europeu (e não só), a história dos excluídos. Narra-se, em síntese:

A história do que deu errado no continente, a despeito do heroísmo e do lirismo: o descarte das democracias, o esmagamento das guerrilhas, a expansão das ditaduras militares, os desaparecimentos e torturas que marcaram o período. Daí a centralidade de romances [especialmente na América Latina sob o Realismo Mágico de Gabriel García Márquez] sobre ditadores nesse conjunto de escritos. As formas distorcidas e fantásticas de um passado alternativo [originam-se] a partir das esperanças frustradas do presente, bem como de muitas reflexões, advertências ou consolações [que já não tratam fundamentalmente] da emergência da nação, mas das devastações do império [e de suas violações]; não do progresso como emancipação, mas da catástrofe iminente ou já consumada. (ANDERSON, 2007, p. 218-219, grifo nosso)

Como destaca o historiador inglês em resposta à comunicação de Jameson (2007), parece “restar pouca dúvida de que a mudança mais notável operada na ficção foi a sua reorganização geral em torno do passado” (ANDERSON, 2007, p. 216), destronando, por assim dizer, uma espécie de narrativa que descrevia e focalizava tão somente os grandes feitos de uma nação. Ao investigar as mutações pelas quais passou a literatura nas duas primeiras décadas do século XXI, Leyla Perrone-Moisés (2016) também conclui que às publicações do período, de modo geral, importa “revisitar o passado recente e criticar os caminhos do presente”, promovendo “uma releitura ou uma reescritura do passado” que permita a um cidadão comum como o Sr. Silva o direito de narrar, finalmente, a própria

história, acertando as contas com os eventos que atravessaram direta ou indiretamente a sua vida.

No contexto português, em função do vazio deixado depois da longa passagem de Oliveira Salazar (1933-1968) e de Marcelo Caetano (1968-1974) à frente do Estado Novo, tem sido a ditadura o tópico mais enfrentado por aqueles que se dedicam à ficcionalização do passado, embora acontecimentos como a Guerra de Libertação em África (1961-1974) e a questão dos retornados das antigas colônias de exploração tenham merecido cada vez mais uma atenção pormenorizada de obras ficcionais também marcadas pelo diálogo com a história¹⁰. Segundo Márcia Gobbi (2011), a reelaboração de um passado que ainda não se fez tão remoto quanto o desaparecimento de D. Sebastião nas areias marroquinas tem permitido que a reflexão empreendida pela literatura sobre o período seja “uma tentativa [constante] de avaliação e de reposicionamento duma identidade própria, marcada, nos últimos anos, [por um intenso] processo de europeização que o país vem sofrendo a partir de sua adesão à União Europeia” (p. 19).

Tal compreensão do passado, como cabe salientar, deve-se a uma interpretação da história que a encara fundamentalmente como um discurso, cujas balizas de construção, para o que as correntes teóricas que precederam o Novo Historicismo não se atentaram, não estão tão distantes quanto parece do texto literário. Por esse ângulo, já não está mais em jogo a distinção aristotélica entre o labor do historiador e a missão do poeta¹¹, pois se a função deste último em imaginar como as coisas poderiam ter sido não sofreu grandes mudanças, entende-se, contemporaneamente, que aquele não escreve precisamente o que aconteceu, oferecendo aos leitores (peça importante na compreensão do sentido móvel da história) senão um ponto de vista, um recorte, uma versão selecionada e subjetiva do fato histórico.

Com a memória, de acordo com Bosi (2016, p. 55), ocorre algo semelhante, pois “por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem

¹⁰ Recebidos pela crítica com entusiasmo, dois livros tematizam exemplarmente esses períodos: *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso. As obras, como cabe sublinhar, foram publicadas antes e pouco depois d’*a máquina* (2010), indicando, portanto, que os planos por elas abarcados não foram suficientemente esgotados na atualidade. Outro exemplo, este ainda mais contemporâneo, é *O kit de Sobrevivência do Descobridor Português no Mundo Anticolonial* (2020), de Patrícia Lino, que numa chave assumidamente paródica problematiza e ridiculariza o império colonial, cujo legado, entretanto, não deixa de ser debatido.

¹¹ “É evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança [noção que depois também será aplicada à historiografia] ou a necessidade. [Assim,] o historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de que o primeiro escreveu em prosa e o segundo em verso (...). Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu [particular] e o outro o que poderia ter acontecido [universal]” (ARISTÓTELES, 1964, p. 278).

que experimentamos na infância, porque nós [já] não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, juízos de realidade e de valor”. O trabalho de refazer, portanto, como detalha Bosi (2016, p. 59) a partir da interpretação de Halbwachs (1990), permeia, talvez mais do que qualquer outra atividade profissional, o ofício do historiador, que impossibilitado de resgatar dos túmulos aqueles que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados, pode apenas reconstruir, como lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos, avaliando, em última análise, o conteúdo de memórias.

Para alguém contrário à interpretação do passado orientada por uma ótica única e exclusivamente historicista, como o crítico americano Hayden White (2008), a História, na verdade, não passa de uma construção discursiva intrinsecamente ligada à imaginação, cujas técnicas de elaboração do enredo a aproxima, em certa medida, da narrativa literária. Como destaca o autor em *Meta-história: imaginação histórica do século XIX* (2008), ao tentar recuperar o fato histórico em sua totalidade, o passado enunciado pelo historiador é já uma recriação com silêncios e lacunas irrecuperáveis, preenchidos simultaneamente pela imaginação do leitor e pela escrita do historiador, que juntos reconhecem os vazios deixados para trás, assumindo, portanto, a parcialidade da história. Nas palavras de White:

Nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma ‘estória’; o máximo que pode oferecer ao historiador são os ‘elementos’ da estória. Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça. (WHITE, 2008, p. 100)

Por esse viés, é possível constatar que o historiador exerce um papel semelhante ao do romancista, conferindo a determinado episódio a sua percepção individual, a qual, por mais amparada que esteja em registros, arquivos ou documentos, estará carregada de subjetividade. Não por acaso, “os livros de história (...) são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros, com outros pontos de vista” (BOSI, 2016, p. 37). Essa constatação, note-se, é aceita com menos ressalvas pelos literatos, que ao trabalharem com a matéria histórica operam abertamente a exclusão e/ou a inclusão do que mais lhes interessa para a ficção, embaralhando-a não para chegarem à

sabidamente inacessível “*realidade do passado*, mas à sua *acessibilidade textualizada*”¹² (HUTCHEON, 1991, p. 152, itálicos da autora).

É a partir deste momento que, tendo em conta a tese formulada por White (2008), história e literatura se cruzam, solidarizam-se e se mostram aptas ao encaminhamento da discussão a respeito das intrínsecas relações que irão se manifestar no âmbito romanesco, lembrando principalmente à disciplina histórica que ela também depende de convenções narrativas, de linguagem e de ideologia para estruturar o seu “discurso sobre o passado”. Sob este prisma, em sua análise, White (2008) procura demonstrar que não existem tantas diferenças entre história e literatura num contexto em que se reconhece que a elaboração do passado, assim como qualquer tipo de conhecimento narrativo produzido pelo homem, só é possível a partir de seus vestígios textualizados, ou seja, por meio de um emaranhado de produções textuais que dialogam infinitamente entre si por meio do aparato linguístico e, sobretudo, da narração.

A história passa a ser revisitada pelo texto literário não como uma escrita definitiva, mas sim com um olhar mais crítico, no sentido de entendê-la com suas limitações e como fruto de uma tentativa de resgate do que foi, considerando o status provisório [de uma] escrita [que não é mais alçada à condição de verdade incontestável]. Sob tal perspectiva, o passado é retomado pelo viés da reavaliação (...) por meio dos signos da escrita, que não se isentam da valoração a respeito do fato narrado. (WHITE, 2008, p. 41, grifo nosso)

Em alguma medida, é isso o que também propõe Linda Hutcheon (1991) ao falar do conceito de “metaficção historiográfica”, sublinhando, uma vez mais, a estreita relação entre ficção e história ao notar, no chamado romance pós-moderno, a presença de nuances que visam reconstituir o passado não de maneira nostálgica, teleológica ou comprometida com o progresso, mas de forma “irônico-crítica”. De acordo com a acadêmica canadense, um traço fundamental desse tipo de obra é a recuperação e a contestação do passado sem jamais afirmar a história como verdade e a ficção como mentira, pois o maniqueísmo de outrora perdeu força diante duma leitura que compreende “história e literatura como duas representações carregadas de subjetividade na linguagem e, por isso mesmo, não são mais produtos finais dum sentido passado e fixo” (HUTCHEON, 1991, p. 240), isto é, fechado em si mesmo, inamovível. Na esteira de White (2008), explica a teórica:

¹² José Saramago, em *História do cerco de Lisboa* (1989), exemplifica magistralmente a discussão a qual nos referimos ao fazer com que Raimundo Silva, protagonista do romance, ao analisar um tratado, por meio de um simples “não”, altere significativamente um trecho da história que era dado como “verdadeiro” desde 1147, quando os cruzados ajudaram os portugueses a tomar o que hoje é a capital do país junto aos mouros.

A ficção não reflete a realidade, nem a reproduz [como queria o Realismo, por exemplo]. Não pode fazê-lo. Na metaficção historiográfica não há nenhuma pretensão de mimese simplista. Em vez disso, a ficção é apresentada como mais um entre os discursos pelos quais elaboramos nossas versões da realidade, e tanto a elaboração como a sua necessidade são o que se enfatiza no romance pós-modernista (...) **histórico e metaficcional, contextual e autorreflexivo, sempre consciente de seu status de discurso, de elaboração humana.** (HUTCHEON, 1991, p. 64-79, grifo nosso)

O tratamento da história como mais um discurso entre tantos que as humanidades produzem é, na avaliação de Hutcheon (1991), a grande conquista da pós-modernidade, o que ajuda a explicar a sua centralidade dentro do romance contemporâneo, gênero que melhor se adaptou às dinâmicas identitárias, geopolíticas, econômicas e sociais exigidas pelo mundo globalizado. Na literatura portuguesa, que desde o século XIX dá lugar a uma dinâmica responsável pela revisitação dos caminhos trilhados por Portugal, a história é um vórtice tão importante que justificamos por meio dela a nossa proposta de leitura ao discutirmos a recuperação de um passado que, “via de regra, faz-se de forma paródica, na medida em que este passado é lido a uma distância que permite a ironia, lançada, o mais das vezes, para a referida (e quase onipresente) mitologia lusíada” (GOBBI, 2011, p. 19).

Neste cenário, em função da sua dimensão dialógica, a paródia tem sido o recurso discursivo a partir do qual personagens e contextos históricos são recuperados não apenas como simples revisitação, mas recriados e distorcidos em prol de narrativas que, como no texto de Mãe, problematizam a memória de uma nação com a intenção de expor os seus líderes, de questioná-los e de reinterpretá-los à luz duma chave menos celebrativa. Sem a preocupação de levar ao centro do enredo figuras históricas que nem sempre atuam como personagens – “em muitos deles as figuras reais do passado são desenvolvidas [de forma superficial] com o objetivo de legitimar ou autenticar o mundo ficcional” (HUTCHEON, 1991, p. 152) –, elas são, como na obra em análise, símbolos de inversões irônicas.

Na *máquina*, Salazar é objeto de crítica e ridicularização em um livro que dialoga com a história sem fazer do “velho abutre” – para usar o poema epigrafiado de Sophia de Mello Breyner Andresen – ou de qualquer outra figura histórica um personagem, motivo pelo qual não podemos classificá-lo, em termos lukacsianos, como um romance histórico, cabendo a nós, neste espaço, apontar a forma como o enredo de Mãe se distancia daquele modelo sem deixar de problematizar a história. Em alguma medida, portanto, a paródia se configura como uma das principais mudanças em relação ao paradigma proposto por Lukács (2011), pois sem prescindir da elaboração crítica do passado é capaz de questioná-

lo, constituindo-se como mais uma forma de escrita por meio da qual é possível acessar os restos textualizados que compõem a história.

Sendo assim, parece-nos importante salientar que a paródia, ao contrário do que geralmente se pensa, não é apenas um recurso por meio do qual se ridiculariza um texto, uma pessoa ou um objeto em particular. Ela pressupõe também, em seu íntimo, como comenta Gobbi (2011, p. 53), “a desagregação dos mitos ideológicos e das convenções criadas pela sociedade, (...) reavaliando e reinstalando em outro contexto a ideologia que a informa”. No fundo, ainda de acordo com a autora, é como se a paródia questionasse os andaimes que historicamente deram sustentação aos discursos do poder, desmontando o seu peso tirânico e situando-os num espectro que lhe é imprescindível: o da ironia.

Nos excertos abaixo, por exemplo, a condição descrita por Gobbi (2011) dá-se a ver, inicialmente, no diálogo aparentemente ingênuo entre o Sr. Silva e o Sr. Pereira, que ao lembrarem de suas relações sexuais ironizam o modo como as ações proibitivas de Salazar afetavam até mesmo a esfera conjugal dos portugueses, interferindo diretamente na liberdade sexual de homens e mulheres privados do exercício de sua sexualidade. Vê-se, portanto, com base no trecho a seguir, como a urdidura ditatorial constrangia a fluidez da linguagem, os afetos e o prazer individual, substituindo-os por uma moral religiosa de lógica exclusivamente reprodutiva, atinente à hegemonização da família heterossexual.

eu também ferrava um bocado. o que me diz. era uma mania. senhor silva, conte-me melhor. não há muito para dizer. você não sabe como é. posso imaginar, mas é mais divertido se me disser. não se ria. gostava de dar umas palmadas das boas, assim nas nádegas. ai que caramba. eu não fazia isso. nem o salazar deixava. ai deixar, não deixava, que por ele nem uma punheta. não se ria, você vai acordar toda a gente. desculpe. que malcriado, punheta é um palavrão. você nem parece homem, você diz o quê. digo com a mão. faz um gesto. não, digo, pelo salazar não fazíamos nem com a mão. ah, que treta, parece a medo, entre gente grande podem dizer-se assim umas palavras. ó senhor pereira, os palavrões são de todos, e se forem metidos no sítio certo, estão muito bem. senhor silva, isso muda completamente a ideia que eu tinha de si, não posso deixar de lho dizer. por quê. então você metia palavrões. claro, ninguém sabia... (MÃE, 2016, p. 232-233)

Outro exemplo, este mais preso à ridicularização expressa pela carga de adjetivos que lhe é inerente, ocorre na conversa do protagonista com o jovem opositor no interior da barbearia, quando a voz do ditador origina uma crítica carregada de ironia e acidez por parte do dissidente, cuja eloquência não poupará o povo e tampouco a igreja, expondo-a

como uma entidade responsável pela “promoção da beleza de se ser pobrezinho”¹³. De tal maneira, com base numa fala simples, descortina-se uma relação nebulosa construída a partir da “sujeição e do obscurecimento das massas, cujos sentimentos eram explorados para manter uma política assente na estagnação parasitária, na exploração e na opressão” (ROSAS apud REZOLA, 2012, p. 71) transparentes na citação abaixo.

tem uma vozinha de padrego a afogar-se, uma coisinha quase de menina, que só em um país com fátima a tapar os olhos ao povo é que isto se admite. já reparou, perguntava-me ele, tem uma vozinha de cagão que sabe está a falar com cagarolas. raios partam estes portugueses que puseram a virilidade na lama a ouvir este bezerro prepotente. já ouviu um discurso dele. ó, senhor silva, parece a missa. só não nos põe a rezar porque a ele lhe interessa pôr as patas em cima da igreja também. é um gênio, [o Salazar,] e os padres, desde que fiquem nos poleiros garantidos para engordarem, estão sempre felizes. que melhor discurso pode haver para os padres do que a promoção da beleza de ser pobrezinho. a promoção da beleza de ser pobrezinho. é um casamento perfeito. o político que gosta dos pobrezinhos e os mantém pobrezinhos, com a igreja que gosta dos pobrezinhos e os mantém pobrezinhos. mas, quer o político quer a igreja, dominam ou podem dominar o fausto. não é brilhante. isto inventado seria mentira. ninguém teria cabeça para inventar tal porcaria, só sendo verdade mesmo. (MÃE, 2016, p. 149-150)

No texto de Mãe, como é possível notar a partir das citações apresentadas até aqui, a reelaboração da memória do passado não é somente o pano de fundo necessário para se pensar os rumos de uma identidade histórico-cultural em discussão, mas também a forma por meio da qual se busca a atualização de um discurso capaz de oferecer uma nova visão da história. Como consequência, é natural que alguns dos atores que a marcaram estejam envoltos na subversão de uma mitologia que esteve sempre algo distante da realidade em função de sua coloração sonhadora e irrealista, como defende Lourenço (2012). A forma como *a máquina* se debruça sobre estes aspectos é o que passaremos a expor em seguida com base nos apontamentos feitos em sua maioria pelo Sr. Silva, que melhor intersecciona os planos individuais e históricos comentados por Jameson (2007).

¹³Aqui Mãe parece aludir ao *mito da pobreza honrada*, uma criação do Estado Novo que defendia a ausência de ambições como um elemento preponderante para a obtenção da felicidade. Como mostra Fernando Rosas (2019, p. 159), a ele somava-se o *mito da ruralidade* e o *mito da essência católica da identidade nacional*, igualmente importantes para a formação dum homem novo e para o resgate das almas portuguesas, à época inseridas num projeto de nação assumidamente mítico, nacionalista e imperial. Sendo o Sr. Silva um homem educado por um regime que o sujeitou a um sistema de valores que recompunha passado e futuro, é possível observar nas suas recordações, como já demonstramos noutra ocasião (2017), uma espécie de desconstrução dos mitos elencados por Rosas.

1.3. A memória coletiva e a sua articulação com o passado

Um asilo é, por excelência, um espaço de preservação da memória. Nele reúnem-se homens e mulheres que, pelas mais diversas razões, muitas vezes sem se conhecerem, foram descartados pela sociedade industrial, a mesma que os obriga a guardar a memória do passado de uma família, de uma época, de uma comunidade, de um povo e até mesmo, enquanto grupo, da história coletiva de um país. Um asilo é ainda um espaço de violência simbólica, seja pelo luto frequente em relação àqueles que partem, seja pela infantilização do velho, pela vigilância constante dos seus atos, pela segregação do mundo ativo ou pela distância que o separa de parentes e amigos marcados na lembrança. Um asilo é, portanto, na definição do Sr. Silva – banido do seio familiar cerca de quatro meses após a morte de Laura –, “o [último] estágio para a desintegração final”, um lugar onde se vai “morrendo devagar, mais devagar do que parece” (MÃE, 2016, p. 40-62).

De quem o habita não é esperado senão o exercício quase voluntário da lembrança, “a infinita tolerância, a longanimidade, o perdão [irrestrito], ou uma abnegação servil pela família” (BOSI, 2016, p. 76), pois a sociedade, de modo geral, não costuma amparar quem já perdeu a capacidade produtiva e inspira algum tipo de cuidado, privando o velho, antes mesmo de sua morte, do diálogo com o mundo do qual ainda não desapareceu. Ao ancião, por essa lógica, não se impõe somente a decadência física dum corpo já cansado e incapaz, por isso mesmo, de simples “verticalidade nas pequenas batalhas [do cotidiano]” (MÃE, 2016, p. 37); impõe-se também, como é possível notar, o descrédito duma cultura baseada na competição e muito pouco interessada no conhecimento e na experiência que os idosos trazem consigo.

Nem mesmo o orgulho pela profissão que lhe permitiu sustentar a família por anos a fio é preservado numa sociedade que rejeita o velho e não confere sobrevivência alguma à sua obra, pois “ao perder a força de trabalho ele não *faz* nada, não participa da produção e já não é, [em suma], produtor nem reproduzidor” (BOSI, 2016, p. 77-78, *italico da autora*), sendo facilmente substituído pelos adultos que ajudou a preparar para o futuro. Nesta fase da vida, sobretudo dentro de um asilo, “pouco importava que o orgulho lhes trouxesse ao de cima o passado profissional, mais ou menos brilhante, mais verdadeiro ou mentiroso, porque muitos mentem sem pudor para não se deixarem humilhar, pouco importava tudo isso tão na extremidade da vida” (MÃE, 2016, p. 43), afinal eram todos vítimas da mesma exclusão, distinguidos somente por uma maior ou menor proximidade da morte em torno da qual o Lar da Feliz Idade, sarcasticamente, organizava as suas alas.

os quartos da ala esquerda deitam sobre o cemitério. o médico olhava para o chão e fazia ar de quem não via nisso mal algum. voltava a dizer, deitam sobre o cemitério (...), mas são ocupados pelos nossos utentes que, infelizmente, já não podem levantar. eu levantei-me, fui perceber que jardim era esse onde as crianças, as milagrosas crianças, poderiam brincar. e tive a certeza de que, mais tarde, quando o corpo me traísse (...), haveria de estar acamado e mudado para um daqueles quartos com vista para o cemitério, que era o caminho. ficaria dia e noite deitado, a ver pela janela que o céu clareava e escurecia sobre a terra já abrindo as mandíbulas que me haveriam de tragar. (MÃE, 2016, p. 38-39)

Num cenário tão desfavorável, o que cabe ao velho? Que papel ele pode interpretar num mundo no qual as experiências humanas, empobrecidas pela técnica, pela tecnologia e pela lógica da economia capitalista, se tornaram tão pouco transmissíveis? O que, desse modo, ainda é possível de se narrar a ouvidos assaz individualistas? Impedido de ensinar o que sabe e que lhe custou uma vida a aprender, o que o velho pode fazer por si mesmo? Se Benjamin (2018b), em *Experiência e pobreza*¹⁴, destacava a capacidade humana de se reinventar, por meio da arte, face à dissolução de valores provocada pela Primeira Guerra Mundial, também os velhos, na *máquina*, noutro século e em contato com problemáticas distintas, dedicam-se a reelaborar, oral e coletivamente, a partir do que lhes suscita “uma paisagem tão nítida de velhos como é o asilo” (MÃE, 2016, p. 43), um tempo no qual não estavam de todo apartados do tecido social¹⁵.

que se fodam. que se fodam os discursos de falsa preocupação dessa gente que sorri diante de nós mas que pensa que é assim mesmo, afinal, estamos velhos e temos de morrer, um primeiro e o outro depois está tudo muito bem. sorriem, umas palmadinhas nas costas, devagar que é velhinho, e depois vão-se embora para casa a esquecerem as coisas mais aborrecidas dos dias. onde ficamos nós, os velhinhos, uma gelatina de carne a amargar como para lá dos prazos. que ódio tão profundo nos nasce. como incrivelmente nos nasce alguma coisa num tempo que já supúnhamos tão estéril. (...) não nos tornamos perigosos porque envelhecer é tornarmo-nos vulneráveis e nada valentes. (MÃE, 2016, p. 26-39)

Em situações como essa, de absoluta derrisão, conforme aponta Ecléa Bosi (2016), o velho que ainda é capaz de lembrar tende a acionar, quase instintivamente, a resistência que lhe é possível: o reduto da memória. Havendo ressonância e ouvidos atentos, sua vida ganha a finalidade de narrar às pessoas, geralmente a outros velhos ou às crianças, os seus feitos biográficos, sejam eles bons ou ruins, capazes de gerar orgulho, felicidade, tristeza

¹⁴ O ensaio foi publicado originalmente em 1933.

¹⁵ O descarte, como explica Bosi (2016, p. 76), é feito também com base “na burocracia impessoal, na justiça equidistante [dos muitos] papéis complicados para preencher, horas na fila de um guichê errado e a aposentadoria vem tarda e precária. Antes do afastamento definitivo há um declínio lento, intermitente, acompanhado da dolorosa lucidez. Muitas vezes o idoso absorve a ideologia voraz do lucro e da eficácia e repete: ‘É assim mesmo que deve acontecer, a gente perde a serventia, dá lugar aos moços... Para que serve um velho? Só para dar trabalho’...”.

ou arrependimento. Fala-se, assim, vez por outra, como é possível depreender do conjunto de recordações do narrador, de um tempo no qual a exclusão pela idade não era a regra e, ao menos no que concernia ao controle de suas próprias ações, havia a independência que seria perdida com a partida de Laura, quando, sem que fosse sequer consultado, ainda sob domínio de suas faculdades mentais, da mesma forma que um objeto que perdeu serventia e está pronto para ser descartado:

pegaram em mim [a mando dos meus filhos] e puseram-me no lar com dois sacos de roupa e um álbum de fotografias. foi o que fizeram. (...) nessa mesma tarde, levaram o álbum porque achavam que ia servir apenas para que eu cultivasse a dor de perder a minha mulher. (...) ainda nessa mesma tarde, trouxeram uma imagem da nossa senhora de fátima e disseram que, com o tempo, eu haveria de ganhar um credo religioso, aprenderia a rezar e salvaria assim a minha alma. (MÃE. 2016, p. 37)

De alguma forma, no acumulado de suas lembranças, a fim de tornar os dias mais suportáveis, o protagonista retoma o curso de uma época em que havia a memória de dias melhores ao lado da esposa, bem como os vínculos sociais que o ajudaram a compreender o modo como as coisas funcionavam ao seu redor. Quando o presente que julga opressivo lhe deixa ainda mais triste, dignifica-se por haver suportado episódios difíceis e dolorosos como a morte de sua companheira, o rompimento com o filho, a chegada forçada ao asilo, a privação financeira ou a subjugação política. Marcado pela ignomínia daqueles de quem ajudou a cuidar, o Sr. Silva, ao ser abandonado por filhos e netos, desfaz a ideia de família pautada exclusivamente nos laços sanguíneos, condição que sempre buscou preservar por achar que assim exercia a cidadania em um país cuja mentalidade vigente dava ao núcleo familiar uma posição de destaque, tomando-a como lema de governo e associando-a a uma ideia fascista de pátria e religião.

senti-me um idiota por ter julgado algum dia que as visitas seriam constantes, coisa do cotidiano, para que eu acreditasse ainda na união da família. que idiota eu fui, de fato. (...) fiquei na minha cadeira a fazer parte de velhinho cansado e eles mantiveram-se em continência durante todo o tempo porque se sentiam constrangidos. sentiam vergonha pelo que me faziam pondo-me ali. e era essa consciência que tornava o ato inaceitável e merecedor de toda reprovação. (...) a elisa apresentou-me as saudações do meu filho e os votos para que tudo me corresse bem. desde que partiu para a grécia (...) a dar aulas numa universidade, subiu-lhe à cabeça um certo estatuto antigo. ficou de filosofia cara e não o vi nunca mais. tinham passado seguramente uns três anos sem que ele viesse a portugal e, depois de escolher não vir ao funeral da mãe, era um filho sepultado para mim. (MÃE, 2016, p. 60-62)

Pelo mesmo processo de negação passará a visão religiosa que o Sr. Silva manteve com o mundo enquanto esteve sob a tutela de Salazar, revelando-se, posteriormente, um ateu convicto ao entender o papel da religião na sua formação cultural, moral e patriótica. “A ideia da alma viva”, dizia ele ao Sr. Pereira – com quem cometerá um ato iconoclasta e zombeteiro presente na última das citações abaixo –, “que burrice tão grande essa coisa da alma viva, servia [apenas] para nos enganar e pôr como carneirada a cumprir ordens e medos” (MÃE, 2016, p. 64) fomentados pelo projeto de dominação do ditador, o qual, naquilo que dizia respeito à esfera religiosa, como cabe lembrar, pautava-se pela suposta essência católica da sociedade, o que praticamente obrigava os portugueses a batizarem seus filhos e a viverem de acordo com as rígidas regras do catolicismo quando encaradas como verdadeiros dogmas.

não tenho convicções na transcendência, e não foi a imagem de fátima que me convenceu do contrário, como também não me convenceria de que morrendo iria parar aos braços da laura outra vez, a continuar eternamente a relação que tivemos durante quarenta e oito anos. (MÃE, 2016, p. 51)

(...)

olhei para a nossa senhora de fátima e disse-lhe, mariazinha, havias de ser uma mulher de te pores a mexer e tudo e dávamos uma volta pelo jardim depois de enxotarmos aos pontapés as pombinhas. ri-me. fui procurar o senhor pereira e fizemos uma brincadeira juntos. arranjamos um pedaço de papel, um pouco de fita-cola e pusemos na estatueta da senhora de fátima um leteiro a dizer, mariazinha, rodeada de pombinhas. ficou perfeita com aquele ar de parva aflita sem saber nada, não faz nada, perde-se na mesma brancura das paredes em que nos perdemos todos. um embuste. havia de andar na limpeza. entrar com os baldes e a lixívia e trabalhar, que isso é que há de ser uma santidade de jeito, trabalhar. o senhor pereira, que até acreditava nuns quantos de santos e temia deus às vezes, divertiu-se, como a pecar num frenesi impossível de conter, para sentir, afinal, essa coisa da alma ainda viva. (MÃE, 2016, p. 64)

(...)

passara pelo meu quarto e partira as pombinhas à mariazinha. o senhor pereira ficou incrédulo e pedia-me que lhe contasse aquilo em modos. dizia, fale-me em modos, senhor silva, não estou a perceber nada. e eu repetia, fiquei furioso e já me andavam a irritar aquelas pombinhas agarradas à nuvem onde ela está pousada. parti-as. aquilo é um nico de cerâmica que não vale nada. com uma força de dois dedos, sem dificuldade alguma, arrancam-se as pombinhas e já está. o senhor pereira riu e disse, a sorte é não ter os pastorinhos agarrados ali também, de joelhos a rezar, sabe, é costume. e eu respondi, que pena, ia dar-me um gozo ainda maior poder desparasitar a mariazinha dessa bicheza toda. coitada da rapariga, que até lhe põem uma expressão com vontade, mas depois não reage, fica como se a casa de banho estivesse ocupada. acabei por sorrir também e gostar da minha maldade. não podemos ficar velhos e vulneráveis a todas as coisas, temos de nos rebelar aqui e acolá, temos de estar a postos para alguma retaliação, algum combate, não vá o mundo pensar que não precisa de tomar cuidado com as nossas dores. (MÃE, 2016, p. 86)

Não por acaso, nas memórias de velhos, é bastante comum o uso da expressão “no meu tempo”, a partir da qual o indivíduo, ainda vivo, coloca-se metaforicamente para fora do tempo, localizando-se numa época em que julga ter existido efetivamente como sujeito de sua própria vida, por pior que seja o recorte de seus pensamentos e os abalos superados. Privado da ação ligada ao mundo do trabalho ao qual pertencem os adultos em idade ativa, “o empenho do velho em dar sentido à sua própria biografia penetra as lembranças como um desejo intenso de explicação” (BOSI, 2016, p. 419), a exemplo da pungente tentativa do protagonista de se justificar perante o nenhum envolvimento de sua parte com aqueles que de alguma forma resistiram à ditadura salazarista, cujo impacto em sua vida, em nossa avaliação, explicita a proposição de Jameson (2007) acerca do tratamento da história na produção literária da contemporaneidade, segundo a qual o peso do passado é decisivo na vida de personagens comuns como o Sr. Silva.

Naquele período, como admite o Sr. Silva, “me terá parecido que assim devia de ser um homem, como assim me havia bastado a cidadania” (MÃE, 2016, p. 256), assente na preservação da família, no culto ao futebol de Eusébio, na veneração à Nossa Senhora de Fátima, nas missas sagradas aos domingos e em uma crença pouco fiável de que tudo ia bem no Portugal tão cantado por Amália Rodrigues, cuja ligação e/ou mesmo a suposta apropriação de sua obra por parte do regime, apesar de amá-la, o personagem faz questão de frisar¹⁶:

divirtam-se, gentes da minha terra, não é desgraça ser pobre, punha-se a dizer [numa canção bastante popular chamada “casa portuguesa”], e que numa casa portuguesa há pão e vinho e um conforto pobrezinho e fartura de carinho, e ela que ia a França comprar vestidos onde se vestiam estrelas de cinema americano e se embonecava de joias e até tinha visto o Brasil e a Espanha, servia para que a amássemos e fôssemos pensando que estávamos todos bem ali metidos, éramos todos tão boas pessoas, tão bons homens, realmente. e eu, de fato, ainda adoro a Amália e ouço-a quase a chorar se for preciso e se tivesse de escolher um só português para entrar no paraíso, talvez quisesse que fosse ela, para eternizar de verdade aquela voz. **a maior voz da desgraça e do engano dos portugueses. pena não haver paraíso, já não haver Amália e ter havido e sobrar para aí tanta desgraça e engano.** (MÃE, 2016, p. 146-147, grifo nosso)

¹⁶ “Apesar de amá-la”, para o Sr. Silva, não restam dúvidas de que Amália desfrutou, conscientemente, da honraria e dos benefícios que o regime terá concedido a ela, tornando-a uma das vozes de um país no qual, não obstante a pobreza e o atraso material, tendo o fado, a família e Fátima como bússolas, tudo transcorria, supostamente, bem. Há, porém, quem sequer admita a ligação da fadista com o regime, como é o caso do jornalista Miguel Carvalho, autor do livro *Amália – Ditadura e revolução* (2020), segundo o qual Amália, de maneira secreta, teria ajudado financeiramente militantes comunistas ao longo de toda a sua carreira, praticando, com efeito, um “fado de resistência”. Seja como for, sobre o maior nome da música portuguesa paira uma nuvem suficientemente nebulosa para diminuir ou aumentar ainda mais o seu prestígio entre os portugueses e/ou apreciadores de suas canções.

Para Halbwachs (1990), como apontado brevemente na seção anterior, o indivíduo que lembra é sempre atravessado por uma comunidade afetiva que lhe permite atualizar as impressões e as informações relativas à mentalidade do grupo no passado. Lembrar, de acordo com o teórico francês, significa reconhecer e reconstruir, dentro de um quadro de preocupações e interesses atuais, os acontecimentos e vivências que nos pautaram a vida em diversas circunstâncias. Essas recordações, segundo o estudioso da memória, não são – assim como a escrita da história também não é – uma repetição linear dos eventos do passado, sendo antes um conjunto de fatos localizados num tempo preciso, num espaço cognoscível e num universo de relações sociais que o sujeito que lembra reconhece como suas.

Entretanto, não fosse pelo desejo de reconhecimento e de reconstrução que atinge outros membros do grupo, os quais fundamentam, confirmam ou eventualmente refutam e distorcem os dados e noções compartilhados, o diálogo com o passado não se efetivaria, já que “a nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior quando uma mesma experiência [for reconhecida e compartilhada] não somente por uma [única] pessoa, mas por várias”¹⁷ (HALBWACHS, 1990, p. 25). Talvez por isso, embora se trate de um espaço opressivo e claustrofóbico na visão do narrador, o Lar da Feliz Idade, em alguma medida, é também um lugar propício para a transmissão de experiências costuradas por meio do diálogo entre os velhos, que encontram no confronto diário de testemunhos as dimensões e as marcas do tempo de António Salazar à frente de Portugal.

ainda hoje ouço os velhos comentarem que o paizinho fez de tudo para que o benfica personificasse a glória da nação. (...) me custa ficar para aqui a engolir essas coisas do benfica e a sua ingenuidade para com o regime. a mim nunca me fascinou o eusébio, filho da mãe, a vir para aqui meter golos. ele queria ter ido embora. (...) o silva da europa distraiu-nos voltando ao mesmo assunto, o fascismo. colega silva, ainda está cá dentro, é muito difícil tirarmos das ideias a educação que nos deram de crianças. podemos ser todos inteligentes como super-homens, adultos feitos à maneira e pensantes livremente, mas a educação que nos dão em crianças tem amarras para a vida inteira e, discretamente, aqui e acolá, os tiques fascistas hão de vir ao de cima. (MÃE, 2016, p. 93-103)

A identificação entre o Silva da Europa e o Silva narrador só é possível porque, na avaliação de Halbwachs (1990), ainda que a faculdade da memória esteja ligada a um corpo físico, representativo de um cérebro indissociável, há dentro de cada indivíduo uma

¹⁷ No romance, como observou Fantin (2016) sem apelar, no entanto, à fundamentação teórica utilizada por nós, tal condição se verifica, na maioria das vezes, nos diálogos protagonizados entre o Sr. Silva e o Silva da Europa.

gama de passado que nos torna detentores, simultaneamente, de dois tipos de memória: a individual e a coletiva. À medida que elas se agrupam, as recordações revelam, pouco a pouco, a memória social do grupo ou da comunidade a qual o recordador pertenceu, posto que, na compreensão do articulista durkheimiano, a memória é sempre fruto dos quadros sociais nos quais a vida do ser humano se desenvolveu.

Tal perspectiva, como acreditamos, faz-se presente desde a primeira cena do texto em análise, quando, ainda no hospital onde esperava ansioso por notícias de Laura, o Sr. Silva é levado a pensar, por intermédio de uma fala do Silva da Europa, no quanto a sua vida foi atravessada pelo estupor do regime. De alguma forma, certamente pelos anos de castração e pela força da educação que desde cedo o quis sempre calado – “raso como as tábuas, sem nada lá dentro, apenas o andamento quase mecânico de cumprir uma função e bico calado” (MÃE, 2016, p. 161) –, numa situação aflitiva como a que experimentava, não sabia gritar ou rebelar-se. Era, como havia sido educado para ser, mesmo nos cenários mais desoladores, “um bom homem”, moldado para aguentar as coisas mais pérfidas sem sequer reclamar.

não digo que sejamos assim uns tolos, sem a robustez necessária, uma certa resistência para as dificuldades, nada disso. somos genuinamente bons homens e ainda conservamos uma ingênua vontade de como tal sermos vistos, honestos e trabalhadores. (...) é o que fez a liberdade. um dia estamos desconfiados de tudo, e no outro somos os mais pacíficos pais de família, tão felizes e iludidos, e podemos pensar qualquer atrocidade saindo à rua como se nada fosse, porque nada é. as ideias, meu amigo, são menores nos nossos dias, não importam, as liberdades também fazem isso, uma não importância do que se pensa, porque parece que já nem é preciso pensar. sabe, é como não termos sequer de pensar na liberdade. (...) se não dermos nas vistas, podemos passar uma vida inteira com os piores instintos, e ninguém o saberá. com a liberdade, só os cretinos mais incautos passaram a ser má gente. tudo o resto cabe na sociedade de queixo erguido. (MÃE. 2016, p. 25-26)

Por essa razão, a relação entre memória individual e memória coletiva, em termos halbwachianos, pode ser definida como o trabalho que a comunidade ou grupo social (os velhos internados no asilo) realiza ao lembrar-se do passado, articulando e localizando as suas lembranças em recortes sociais precisos, o que confirma, portanto, que a consciência não está nunca fechada em si mesma, não é vazia e nem solitária. No turbilhão da memória individual, a partir do que nos conta o Sr. Silva no romance, se sobressai, como na citação acima, um pano de fundo em tudo denunciador do caráter social e coletivo da lembrança, que revela ainda, como demonstramos no início deste capítulo, uma estreita aproximação com a história com a qual a personagem vai, de forma paulatina, quitando as suas dívidas,

mostrando, outra vez, na esteira do que propõe Jameson (2007) sobre a ligação entre vida prática e história, como “o passado é mais forte do que nós” (MÃE, 2016, p. 103).

Ao lembrar-se principalmente do que lhe ocorreu a partir da década de 1950, o Sr. Silva põe-se a fazer a revisão de um passado recente cuja lembrança, ao contrário do que comumente se faz em Portugal, “significa também dar uma atenção precisa ao presente, em particular às estranhas ressurgências do passado no presente”, pois lembrar, como sugere Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 55), “não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente”. E agir sobre o presente, no caso em tela, “implica abrir-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado para dizer, [não sem alguma] hesitação [e] incompletude”, em nome de um país inteiro, “aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2009, p. 55) no seio de uma sociedade que, por estar acostumada com a “não-inscrição” de seus atos no cotidiano, corre sempre o risco de repetir os seus erros mais perversos (GIL, 2012).

Rememorar, neste contexto, torna-se importante para fazer com que nem o jovem opositor entregue à PIDE com a participação do Sr. Silva nem o período salazarista – e tudo que o envolve em Portugal ou fora dele – sejam esquecidos, assim os portugueses se recordarão como um homem, por um longo período de tempo, autoproclamou-se pai de tanta gente e dono das liberdades humanas, mesmo que para isso tenha sacrificado – no ultramar colonizado ou na metrópole precarizada – muitos de seus supostos filhos¹⁸. Para que uma história parecida não volte a se repetir, a cada nova comemoração do 25 de Abril – visto que, cada vez mais, faltando pouco para o aniversário de cinquenta anos do evento, as pessoas que o viveram estão rareando –, a fim de se evitar o esvaziamento da efeméride e a demora na celebração do passado em detrimento do presente, “apesar e por causa do sofrimento [gerado]”, para que ninguém se esqueça, é preciso “esboçar uma outra história e inventar [um] presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 57) no qual o nome de Salazar – a despeito do que lamentavelmente tem vindo à tona nos últimos dez anos na sociedade e no Parlamento Português com a ascensão de um partido de extrema-direita¹⁹ – esteja sempre associado ao que há de pior no ser humano.

¹⁸ Sobre isso ver o artigo “Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração”, escrito por Margarida Calafate Ribeiro e António Sousa Ribeiro, publicado na Revista *Abril*, da UFF, em novembro de 2013.

¹⁹ Na parte inicial do artigo intitulado “Os pesados restos coloniais no Caderno de memórias coloniais, de Isabela Figueiredo”, publicado em 2020 na Revista *Entrelaces*, da UFC, expusemos, com mais detalhes, os acontecimentos por meio dos quais certa ala da sociedade portuguesa têm tentado dar outra importância a Salazar.

é preciso que se suje o nome de salazar para todo o sempre. é preciso que o futuro lhe reserve sempre a merda para seu significado, (...) para que nunca mais volte a acontecer que alguém se suponha pai de tanta gente. este tem de ser um nome de vergonha. o nome de um porco. para que ninguém, para a esquerda ou para a direita, volte a inventar a censura e persiga os homens que têm por natureza o direito de serem livres. (...) é um padreco lingrinhas, cínico, padreco lingrinhas. (MÃE, 2016, p. 150)

Nascido num país ainda pouco acostumado a inscrever suas mazelas no cotidiano (GIL, 2012), o Sr. Silva, talvez sem o saber, cumpre um papel social importante ao narrar o acumulado de suas experiências em Portugal – de onde afinal nunca saiu –, extraindo, exemplarmente, “lições de sua própria dor” (BOSI, 2016, p. 91). Sua dignidade, portanto, como completa Bosi, reside “em contá-la até o fim, sem medo”, para fazer com que, assim como ele, outros, quem sabe, ponham-se a limpar a sujeira empurrada para debaixo do tapete da memória, ajudando a lembrar, a repensar, a reescrever e a não esquecer de um passado cuja história, como pontuava Eduardo Lourenço em 1978, carecia duma revisão mais atenta à realidade do que de fato havia sido a história portuguesa até àquele período.

abertas as portadas, entra uma luz pacífica pelo quarto e eu estou bem. são as melhoras da morte, com certeza. esse instante piedoso em que nos deixam vir ao de cima, quem sabe para nos entendermos, para nos rematarmos, antes de ser tudo passado. estive a noite inteira no purgatório da ilusão e acordei para entrar no fugaz turbilhão da memória, recuperando tudo, lembrando tudo como se a vida se condensasse em alguns minutos. o américo, o silva da europa e o anísio vieram bordejar a minha cama com pequenos cuidados e uma alegre tristeza. despedem-se com palavras espaçadas e sem grande importância. eu explico-lhes que durante a noite o senhor medeiros ordenava que eu morresse, e que gente sinistra entrou por aqui montando uma incrível máquina sobre mim. **era uma máquina para me tirar o fascismo da cabeça. mas eu já o havia tirado antes, explico eu. eu já o tinha feito a frio, sem a ajuda das tecnologias, porque a consciência ainda é dos químicos mais corrosivos, ou dos melhores detergentes, se quiserem.** (MÃE, 2016, p. 257, grifo nosso)

Capítulo 2 – Portugal na Europa: entre o centro e a periferia

*E cá mesmo, no extremo Ocidental
Duma Europa em farrapos, eu
Quero ser europeu; quero ser europeu
Num canto qualquer de Portugal.
(Afonso Duarte)*

*Eu já estou farto e quero ver
(...) lá vou eu ao mercado comum
(...) Quero ver Portugal na CEE
E agora, que já lá estamos,
vamos ter tudo aquilo que desejamos.
(Grupo Novo Rock)*

2.1. Portugal, a Espanha e a Europa

Em 1987, quando Portugal já havia completado mais de uma década livre dos ditames da ditadura do Estado Novo (1933-1974) e ingressado na então Comunidade Económica Europeia (CEE) – atual União Europeia (UE) –, Hans Magnus Enzensberger publicou o relato de viagens *Ah, esta Europa – Impressões de sete países*. No capítulo dedicado a Portugal, intitulado “Meditações portuguesas”, o escritor alemão descreveu o país “como um lugar de idílio perdido [e não apenas situado] à beira do Atlântico, no qual ainda seria possível encontrar os mais atrasados níveis [e/ou hábitos] civilizacionais” (apud BARRENTO, 2016, p. 17). Assombrado com a ruralidade de um país que não acompanhou o processo de modernização cultural, económico, político e social no mesmo ritmo em que se desenvolveram os países do Centro e do Norte da Europa, Enzensberger observa que:

Portugal é um cantinho onde tudo se manteve intacto como numa montra em que podemos admirar latifundiários, condutores de elétricos, trabalhadores rurais (...) uma faixa de terra onde o tempo parou e o Oriente não anda longe, um gabinete de curiosidades em plena Europa Nova, uma ilha que esfuma no horizonte a Ocidente, o que ficou da mítica Atlântida! (apud BARRENTO, 2016, p. 17-18)

Como não é difícil notar, o Portugal descortinado por Hans Magnus com algum espanto em nada se parecia com a Europa capitalista francesa, inglesa ou alemã ocidental com a qual o autor estava mais habituado, regiões europeias que à época foram resumidas

por George Steiner (2005, p. 64) como uma “Europa de cafés, com paisagens humanas e transitáveis, ruas e praças com nomes de mortos ilustres, filha de Atenas e Jerusalém, temerosa do fim”. Naquelas localidades, como Miguel Torga (1955, p. 126) constatava anos antes, “o ar era mais leve, a terra era mais fecunda e a paisagem era mais doce”. Como se vê, uma realidade em tudo distante do arcaísmo de uma outra vida bem menos europeia, pouco adiantada em técnica e ciência, vivida aquém dos Pireneus, onde o fim já era certo ao abrigo “do pesadelo, da pobreza e da agressividade” (TORGA, 1955, p. 126) que haviam caracterizado as ditaduras de Oliveira Salazar em Portugal (1933-1974) e a de Francisco Franco em Espanha (1939-1975).

Por essas razões, segundo Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 83), quando em 25 de abril de 1974 ocorreu a revolução que poria fim a quase cinquenta anos de cerco ditatorial, de maneira paradoxal, “Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e, ao mesmo tempo, o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeu”. Para o sociólogo de Coimbra, esses fatos confirmavam a perdição do país após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cujo atraso passava por ser “uma ditadura em uma Europa ocidental democrática e um país periférico que insistiria em manter pelo emprego da violência o controle sobre uma zona colonial considerada obsoleta para as outras nações europeias” (2011, p. 41).

Como destaca Paul Preston (2011, p. 24), a Espanha também foi condenada a perto de quarenta anos de ostracismo internacional após a sua Guerra Civil (1936-1939), mas a sua “rápida modernização e o êxito de sua integração na Europa [fizeram com que se] apresentasse ao mundo sob a imagem de uma nação jovem e transgressiva (...) que afirma orgulhosamente o seu protagonismo na presente ordem econômica global” (LABANYI, 2003, p. 68). A mesma condição, de acordo com Santos (2013, p. 84), não foi alcançada por Portugal, que ao contrário do que se acreditava não viu “a União Europeia preencher o vazio deixado pela derrocada do império”.

Antes disso, o pacto estabelecido entre os regimes dos “falsos namorados” – como Miguel Torga costumava se referir a Salazar e a Franco –, além de isolar politicamente a península do resto do mundo civilizado, também costumava segregar os seus opositores, sendo responsável por forçar escritores e intelectuais a viverem exilados dentro ou fora de seus países. Como resultado de uma vida dedicada à resistência democrática, o exílio tornou-se uma marca distintiva de várias publicações políticas e literárias, transformando-se no traço comum de muitas obras portuguesas (e não só) que atravessaram o século XX.

Naquela época, ao lado dos Estados Unidos e da Alemanha, a França era o país para onde os portugueses mais emigravam em busca de uma vida melhor, tornando-se o espaço europeu com o qual durante muito tempo o povo oprimido mais sonhou, tendo as margens do Sena se transformado em um lugar de refúgio para aqueles que deixavam o Tejo à procura de liberdade. Todavia, apesar da presença de Portugal na União Europeia e dos reconhecíveis avanços em relação ao século XX, o Silva da Europa, mesmo sendo um grande entusiasta do bloco europeu, encarrega-se de lembrar, já no século XXI, que a condição migratória de seu país ainda não foi completamente erradicada, motivo pelo qual a França continua a abrigar uma expressiva comunidade portuguesa em seu território.

Dessa forma, como indica a personagem e parte das discussões levantadas em *a máquina de fazer espanhóis*, no Portugal contemporâneo sobrevivem os ecos da política isolacionista e anacrônica empreendida pela ditadura (GIL, 2012), sendo a emigração um sintoma de uma herança pela qual pode ser pensada a manutenção da posição periférica do país no atual concerto das nações europeias (SANTOS, 2011). Por isso, para o Silva da Europa, a tentativa de mudança deste cenário, com o qual parece acostumado mesmo clamando por mudanças, resultaria numa crise interna que, por fazê-lo lembrar do período de isolamento da ditadura e do escudo que pouco valia, não gosta sequer de supor.

por mais que amemos os portugueses que estão lá fora, o que vai ser de nós se voltam para reclamar um lugar no emprego nacional. o que seria. cessavam as remessas dos emigrantes e todos vinham comer do que é nacional e bom. já viram o que seria. acabava o dinheiro com sabor francês e ficávamos sozinhos com um euro assombrado pela mentalidade do escudo, isso é que não outra vez. até os nossos euros haviam de pensar serem escudos numa crise de identidade à portuguesa como nunca se viu outra. (MÃE, 2016, p. 167-168)

Nesse sentido, não é sem motivo que um dos protagonistas, o Sr. Silva, lamenta o fato de não ter conseguido imigrar para a França com a esposa em meados dos anos 1960, quando almejava fugir do atraso que caracterizava a sociedade portuguesa em busca dum trabalho e de um salário que não deixasse a família todo mês “à deriva da sorte” (MÃE, 2016, p. 97). Como expõe numa citação mais longa, capaz de oferecer um panorama mais detalhado do momento que o país vivenciava:

durante muito tempo, portugal foi um país cujas crianças nasceram em frança. tantas, caramba. e eu pensava, já ali por mil novecentos e sessenta e dois, que em frança estaríamos a salvo, escapando da fome e do jugo de um trabalho sem retribuição suficiente para um raio de sol por dia. mas os nossos sonhos de frança nunca iriam a lado algum. não sabíamos quem nos traficaria em segurança e, honestamente, não tínhamos suborno que se visse e, pior ainda, não havia coragem para entrar matos adentro e a lura acabara de engravidar

novamente. não podíamos correr risco algum de que aquela nova criança padecesse também. quando a laura pariu, torturada de expectativas, a nossa elisa nasceu na felicidade e na frustração, embora nos dê um orgulho tão grande a resistência que te permitiu ser portuguesa e, assim, herdar portugal. portugal é teu, minha filha, é teu, mesmo assim difícil de compreender. (MÃE, 2016, p. 97-98)

Por mais que o nascimento de sua filha em solo português o tenha enchido de orgulho, durante a ditadura, nas palavras da personagem, Portugal era um país no qual a vida – “feita de dor e aprendizagem, feita de dor e esperança, feita de dor e coragem, feita de dor e cidadania, feita de dor e futuro, feita de dor e Deus e Salazar²⁰” (MÃE, 2016, p. 97) –, embora devesse tudo a todos, não pagava nada a ninguém. Era natural, portanto, que mais de um milhão de portugueses, entre 1957 e 1974, segundo Victor Pereira (2014), fossem levados a contragosto para nascer e/ou viver em França, forjando-se com base em outros costumes, outra cultura, outra língua, outra identidade nacional.

Em *o nosso reino* (2012), romance de estreia de Mãe publicado originalmente em 2004, observamos, pelos olhos de Benjamim, um narrador ainda criança, o espanto com o qual, numa vila de pescadores situada antes e depois do 25 de Abril, todos acompanham o regresso de dois homens portugueses – ou já franceses? – “idos para a França ganhar dinheiro e fugir às guerras” (MÃE, 2012, p. 36). Traziam consigo, segundo o romance, “tralhas francesas, pareciam homens de outras bandas, estranhos, garridos, com camisolas amarelas, vermelhas, calças com riscas bizarras, sapatos brancos, meias com bonecos desenhados, óculos de sol, e outras coisas nunca vistas nos homens da nossa vila” (MÃE, 2012, p. 113). Além disso, “falavam em francês um com o outro (...) não iam à missa, ficavam muito escondidos, as pessoas da vila se riam deles e de como se vestiam” (MÃE, 2012, p. 114). Eram, em síntese, motivo de troca e estranheza num país ainda fechado aos hábitos mais simples da modernidade europeia.

Como destacam analistas como Eduardo Lourenço (1978) e António José Saraiva (1994), o impasse identitário do povo português, há muito calcado num certo complexo de inferioridade em relação à Europa, nunca se resolveu por completo, pendulando, por isso mesmo, entre o sentimento heroico e os sonhos compensatórios. Como se verifica na literatura produzida com o fim da ditadura, imagem de um país sem império e vacilante

²⁰ Paralelismo semântico que encontra correspondência no diálogo situado em 1936 entre Fernando Pessoa e seu heterônimo em *O ano da morte de Ricardo Reis*: “Você sabe que eu, um dia, fiz aí uns versos contra o Salazar, E ele, deu pela sátira, suponho que seria sátira, Que eu saiba, não, Diga-me, Fernando, quem é, que é este Salazar que nos calhou em sorte, É o ditador português, o protetor, o pai, o professor, o poder manso, um quarto de sacristão, um quarto de sibila, um quarto de Sebastião, um quarto de Sidónio, o mais apropriado possível aos nossos hábitos e índole, Alguns pés e quatro esses...” (SARAMAGO, 1988, p. 282).

em um continente em plena transformação, o imaginário português, alicerçado de maneira equivocada num tempo de questionável grandeza, sofreu com as mudanças de cariz social e político que o desprendiam daquele período. A oficialização da entrada na CEE, embora muito comemorada por membros importantes da classe política, acentuou tal complexo, uma vez que “as novas gerações passaram mais do que nunca a ter na identidade europeia uma identidade concorrente com a portuguesa” (GARMES; SIQUEIRA, 2009, p. 48).

Não por acaso, como aponta João Barrento (2016, p. 15-18), “a literatura da nova era revelará certa indiferença em relação à inserção europeia de Portugal, tematizando de preferência a Guerra Colonial e a ditadura, ou mesmo – de forma alegórica – a História de séculos passados”, esquecendo-se propositadamente da Europa. Exemplo disso, ainda segundo Barrento, seria o baixo número de produções dedicadas à reinserção de Portugal na Europa²¹, sendo *A jangada de pedra* (1988), de José Saramago, um dos poucos livros a tocar nesta relação confusa que Lourenço (1994, p. 52-53, itálicos do autor) considera “uma mistura estranha de sofrimento e delícia (...) marcada por uma longa herança de *troca desigual* (...) extremando a divisão de *duas* Europas, a do centro e da margem, essa margem que nós representamos por excelência”.

Publicado originalmente em 2010, no ano em que se celebrou o 24º aniversário da reintegração de Portugal na Europa, *a máquina de fazer espanhóis* sugere que a Espanha, por razões históricas distintas – como veremos na próxima seção – ocupa na atualidade o espaço imagético que outrora fora preenchido pela França, principalmente no século XX. Num primeiro momento, em Mãe, no poema homônimo de 2007, para que o país fugisse da periferia que lhe reservou a Europa, propõe-se a construção duma “máquina que fosse capaz de transformar portugueses em espanhóis”, devolvendo-lhes a autoestima perdida. Contudo, como depois se notará no romance em análise, “as mulheres portuguesas [já] faziam os espanhóis enfeitados e com vontade de voltar a casa” (MÃE, 2016, p. 196) onde seriam mais felizes e prósperos “nos braços do pai representado por Espanha no antigo significado de pátria comum de todos os povos ibéricos” (SARAIVA apud ALMEIDA, 2017, p. 39).

²¹ A primeira versão de *A Chama e as Cinzas*, escrita originalmente em alemão, foi publicada em 1999 sob o título *Cravos e Perpétuas. A literatura portuguesa contemporânea*. A edição utilizada por nós, da editora Bertrand, foi revista e ampliada pelo autor em 2016, que, no entanto, não reconsiderou a sua posição acerca da pouca produção literária voltada para a relação de Portugal com a Europa. Ainda que não se possa falar em *boom* romanesco à maneira das obras que se ocupam com a questão dos retornados das antigas colônias africanas, é certo que houve um aumento da produção ficcional ligada ao tema, por isso é de se estranhar que João Barrento não tenha feito menção (nem mesmo em nota de rodapé) a algumas obras que tematizam muito claramente a problemática (da) europeização de Portugal. Algumas delas foram reunidas por Pedro Eiras em *Boomerang (A Europa em 27 postais)* em 2016.

Talvez por isso, no romance, ao contrário do que a rivalidade do passado deixaria supor, mesmo para um entusiasta da UE como o Silva da Europa, a Espanha, estranha e sistematicamente, é o país que mais lhe chama a atenção, sobretudo porque conseguiu “se distanciar da marginalização histórica, política e cultural (LOURENÇO, 1994, p. 79)” que durante o franquismo marcou o seu lugar de pouco destaque na Europa. Tal posto, em que pese a sua busca incessante ao longo da história, não foi atingido por Portugal, fato que leva o Silva europeu a comentar, desalentadoramente: “quem de nós, ao menos uma vez na vida, não lamentou já o fato de sermos independentes. quem, mais do que isso até, não desejou que a Espanha nos reconquistasse, desta vez para sempre e para salários maiores” (MÃE, 2016, p. 196).

Essa discussão, no entanto, não é nova na cultura portuguesa e remete ao atraso que até meados dos anos 1990 caracterizava os países ibéricos de forma mais sistemática, quando compartilhavam a vida ao abrigo do profundo desconhecimento da outra Europa. Parte dessa incompreensão pode ser enxergada no poema “Ibéria”, de Miguel Torga, que ao descrever a região que dá título aos versos traça um contraste telúrico em relação às outras terras europeias. Na composição, unidos pelo iberismo²² sobre o qual também nos debruçaremos ao analisarmos alguns textos de Mãe, Portugal e Espanha são um só corpo, como se nunca tivessem se separado.

Ibéria

Terra

Quanto a palavra der, e nada mais.

Só assim a resume

Quem a contempla do mais alto cume,

Carregada de sol e de pinhais

Terra-tumor-de-angústia de saber

Se o mar é fundo e ao fim deixa passar...

Uma antena da Europa a receber

A voz do longe que lhe quer falar...

Terra de pão e vinho

(A fome e a sede só virão depois,

Quando a espuma salgada for caminho

Onde um caminha desdobrado em dois).

Terra nua e tamanha

Que nela coube o Velho-Mundo e o Novo...

Que nela cabem Portugal e a Espanha

²² “Movimento quer político, quer cultural, que procura a aproximação entre Espanha e Portugal. Uma vez trata-se de um acordo de aproximação e ação conjuntas e outros casos da expressão de um intuito de integração ou união políticas” (PIZZARRO; LÓPEZ, 2012, p. 9). O primeiro caso, lembram os autores, é conhecido como “iberismo cultural” e o segundo como “iberismo político”.

E a loucura com asas do seu povo.

(TORGA, 1984, p. 22)

No poema em questão, espécie de prólogo a *Poemas ibéricos* (1965), ao lembrar o caráter comunitário da publicação, sob todos os aspectos, da geografia ao esgotamento das riquezas coloniais, Portugal e Espanha parecem fadados à marginalidade europeia aludida anteriormente por Lourenço (1994)²³, para quem o fato de “a península ser e fazer parte da Europa é um dado, ao mesmo tempo geográfico e histórico, irrelevante” (p. 51). Para o autor de *A Europa desencantada*, os próprios peninsulares, por razões que superam a geografia, invadem a história e atravessam a cultura, “se referem espontaneamente à Europa como se a ela não pertencessem ou fossem nela um caso à parte” (p. 51).

De alguma forma, o mesmo sentimento está contido na primeira quadra do poema de Afonso Duarte, que nos serve de epígrafe. Como notou Manuel Alegre (2002, p. 97) ao analisar a poética do autor, “assumindo e reivindicando a sua raiz popular, Duarte não cai nunca no localismo e no regionalismo”, leitura que se aplica também ao poema “Terra Natal”, no qual se reclama, claramente, um lugar para Portugal na Europa. À época refém dum isolacionismo tão premeditado quanto propagandeado pela ditadura, Portugal passou “ao lado da guerra e parecia que a vida se protegia no país das quinas, igual a termos uns muros nas fronteiras e um peito viril erguido contra malandros estrangeiros” (MÃE, 2016, p. 94).

Terra natal

E cá mesmo no extremo Ocidental
Duma Europa em farrapos, eu
Quero ser europeu. Quero ser europeu
Num canto qualquer de Portugal.

Como as ondas do mar sabem ao sal,
A ave amacia o ninho que teceu;
Mas não será do mar, e nem do céu,
Porque me quero assim tão natural.

E se a esperança ainda me consente
No sonho do futuro, ao mal presente
Se digo adeus, - é adeus até um dia...

Um presídio será, mas é meu berço!
Nem noutra língua escreveria um verso

²³ Como trataremos a seguir, a posição marginal de Portugal e Espanha em relação à Europa já havia sido tema da polémica conferência proferida por Antero de Quental em 1871 sob o título “Causas da decadência dos povos peninsulares”.

Que me soubesse ao sal desta harmonia.

(DUARTE, 1956, p. 181)

No soneto acima, apesar e por causa da dessemelhança que existe entre Portugal e a Europa, o eu-lírico evoca para si uma identidade europeia que em contrapartida não o prive da identidade portuguesa. Como se fosse impossível ser português e europeu, se por acaso dissesse adeus a Portugal para se sentir integrado no continente e fugir do “presídio” que era a sua terra natal sob o comando de Salazar, ainda assim “seria adeus até um dia”. Com efeito, o sujeito do poema desejava não ter que abandonar o berço onde nasceu para se sentir livre e europeu, queria “ser europeu num canto qualquer de Portugal”. É isto o que também deseja o Silva da Europa, para quem, ironicamente, ao contrário das Grandes Navegações, regressar à Europa e fazer parte da UE, depois de séculos de desligamento cultural, “é uma grande conquista” (MÃE, 2016, p. 26).

Prestes a morrer, em uma das poucas vezes que toca na relação de seu país com a Europa, ao retomar a questão da nacionalidade e o modo como o salazarismo a utilizou para isolar os portugueses do resto do mundo²⁴, o Sr. Silva não deixa de frisar que “queria morrer português, queria ser português, [mesmo] com a menoridade que isso tivesse de implicar” (MÃE, 2016, p. 256). À semelhança do poema de Duarte (1956), o protagonista de Mãe não queria deixar o seu país para ter acesso à liberdade e assim ser mais europeu, afinal “não queríamos ser franceses, queríamos que os portugueses fossem mais felizes. isso é que era, e que se fodessem os espanhóis e o general franco que era uma merda como a que aturávamos nós” (MÃE, 2016, p. 98).

Para o octogenário, que acompanhou mais da metade dos anos de Salazar como líder do regime e sentiu na pele o peso das promessas vazias do ditador – “estava farto de retórica, estava completamente farto de retórica” (MÃE, 2016, p. 149) –, a Europa é vista como mais uma esperança, entre tantas que lhe foram dadas, durante a vida simples de barbeiro portuense, por isso a enxerga com a desconfiança que o amigo só notará adiante, com a evolução do tempo diegético e com a análise das ações diminutas dos portugueses no continente. É por pensar assim que, em tom de deboche, em primeira análise, ainda no saguão do hospital onde esperava ansiosamente por notícias de Laura, apelida Cristiano Mendes da Silva como o Silva da Europa, “o verso de si, o peito inchado de orgulho como

²⁴ Sobre isso ver o artigo de Fernando Rosas: “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” (2001).

se tivesse conquistado tudo sozinho” (MÃE, 2016, p. 27), incluindo a União Europeia e a custosa conquista da vida em democracia.

Mais jovem, motivado pelos alvares da Revolução (1974) e pelo ingresso na CEE (1986), o sexagenário Silva da Europa – ao contrário da suspeição que atravessa a fala do amigo – acreditava não só que a reintegração no continente o transformaria num cidadão europeu, mas também faria com que ninguém voltasse a convencê-lo acerca da censura. Para ele, a Europa protegeria Portugal de qualquer mal-estar, dado que “qualquer tipo de censura seria uma desumanidade e agora somos europeus, qualquer iniquidade do nosso peculiar espírito há de ser corrigida pela Europa, para sempre” (MÃE, 2016, p. 25-26).

Se a Europa, que de fato só permitia a entrada de países democráticos no bloco (PINTO, 2011), contribuiu para que não houvesse outra tentativa de golpe em Portugal é algo que não nos arriscamos a afirmar por escapar aos limites desta investigação. Porém, no texto literário, em uma fala que reforça ainda mais a aparente desconexão entre ser europeu e português, o Silva da Europa, convivendo com a União Europeia por pelo menos duas décadas segundo o alcance temporal do romance, se revelará reticente quanto à sua própria europeização, situando-se à margem do centro do qual a Espanha está mais próxima (SANTOS, 2011).

Do mesmo modo que no poema de Afonso Duarte (1956) visto anteriormente, esta personagem de Mãe também busca “se sentir europeia num canto qualquer de Portugal”. Sua fala, em última análise, evidencia o que Lourenço (1994) classificou como um misto de ressentimento e fascínio no que diz respeito à relação, um pouco esquizofrênica, dos portugueses com a Europa.

a mim ninguém me apanha diminuído como outrora, somos europeus, eu sou um silva da europa, isso é que ainda há muitos que não o são, só porque ainda não o aceitaram ou não o perceberam. mas, sabe o que lhe digo, é inevitável. vai chegar a todos. é tempo. é tempo. um dia seremos cidadãos de um mesmo mundo [europeu]. iguais, todos iguais e felizes nem que seja por obrigação. (MÃE, 2016, p. 27-28)

Mas o que parece assinalar a distância entre dois mundos completamente distintos existe com alguma nitidez no imaginário português desde meados do século XIX²⁵, pouco

²⁵ Para Eduardo Lourenço, já durante o século XVII é possível dizer que “Portugal e Espanha se tornaram para os outros europeus (...) nações com tendência a ser desprezadas ou ignoradas, do mesmo modo como nós ignorávamos e desprezávamos essa outra Europa à qual culturalmente (...) voltáramos às costas” (1994, p. 148) aquando do colonialismo ibérico. Contudo, para o ensaísta, é no século XIX, após o Ultimato (1890) imposto pela Inglaterra, que a frágil condição de Portugal diante desta outra Europa torna-se incontestável.

depois da Independência do Brasil (1822), quando o país já se defrontava com aquela que seria a temática capital do século: “repor Portugal na sua grandeza ideal tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, econômica, social e cultural” (LOURENÇO, 2016, p. 106). Naquela época, com o seu *Portugal na Balança da Europa* (1830), Almeida Garrett constatava que “a má administração do império [havia] deixado o país mais pobre e mais fraco do que nenhuma outra potência da Europa”, de modo que “Portugal já não poderia ser o que até ali havia sido” (GARRETT, 1830, p. 282), ou seja, um país esquecido do seu exíguo quintal. Cabe lembrar, nesse sentido, o que vaticinava o Velho do Restelo quando os portugueses se preparavam para deixar o Porto de Belém em direção às Índias:

A que novos desastres determinas / De levar estes Reinos e esta gente? / Que perigos, que mortes *lhe* destinas, / Debaixo dalgum nome *preminente*? / Que promessas de reinos e de minas / De ouro, que *lhe* farás tão facilmente? / Que famas *lhe* prometerás? Que histórias? / Que triunfos? / Que palmas / Que vitórias?” (CAMÕES, 2014, p. 183, [IV, 97], itálicos do autor)

Como alternativa ao insucesso da aventura marítima, que no século XIX já era interpretada como tal, “para que pudesse existir deveras como nação independente”, em condições de desrespeitar os desmandos que vinham da Inglaterra – “com quem mantinha uma relação de subordinação quase colonial” (SANTOS, 2011, p. 40) –, Garrett sugere à pátria algumas propostas liberais e reformistas para que ela pudesse, quem sabe, superar a frágil condição histórica em que se via envolvida no cenário europeu. Contudo, para o autor de *Camões*, num futuro próximo, para se fazer mais forte e menos ameaçado, caso as suas propostas não fossem cumpridas, restaria a Portugal, para não desaparecer, “voltar a ser província de Espanha” (GARRETT, 1830, p. 282), com quem viveu, forçadamente, uma união durante sessenta anos entre os séculos XVI e XVII.

Na prática, a saída ventilada por Garrett para superar o histórico atraso de Portugal em relação à Europa hegemônica nunca chegou a se confirmar, mas decerto chegou viva – se nunca verdadeiramente morreu – às polêmicas Conferências do Casino Lisbonense (1871) presididas por Antero de Quental. Para ele, as circunstâncias que sacramentaram o atraso da península existem desde a primeira publicação d’*Os Lusíadas* (1572), tendo o

Depois destes episódios, na visão de Santos (2011, p. 23-24), Portugal passa a ser reconhecido como “um país simultaneamente colonizador e colonizado, (...) era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra”.

próprio Camões, “cantor das glórias que nos empobreciam, mendigado para sustentar a velhice triste e desalentada” (QUENTAL, 2016, p. 80).

Nas palavras do poeta de origem açoriana, a imagem decadente de Camões – mais tarde recuperado por José Saramago (*Que farei com este livro?*) e António Lobo Antunes (*As naus*) em condições semelhantes – é o retrato de uma nação que optou por manter o catolicismo de Trento, o Absolutismo e as conquistas longínquas em detrimento do que se fazia de mais moderno àquela época, a exemplo da liberdade moral, da ascensão da classe média e da indústria, que triunfavam na outra Europa. De certa maneira, o debate cultural levado a cabo no curso das apresentações das famosas Conferências em Lisboa concentra-se na resposta ao impasse amplamente discutido pelo autor de *Sonetos*.

Para Antero, essa tríade não só definiu o sucesso da Europa dominante – leia-se fundamentalmente o modelo de prosperidade alcançado pela Inglaterra – como também excluiu Portugal e Espanha da modernidade que fundaram no Ocidente. Por isso, como pensava o poeta, não bastava somente adotar o modelo imperialista inglês, era preciso entender o quanto antes, como também acreditava Oliveira Martins, que “nem mesmo *Os Lusíadas* eram um livro de glória, um livro verdadeiramente solar, mas antes o memorial de um povo em declínio e prometido à morte” (LOURENÇO, 2012, p. 151).

Contudo, antes de tratar dos três séculos que em sua visão determinaram o atraso da península, Antero convocava as Conferências sob a justificativa de que havia urgência em “ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada, procurando adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam na Europa” (QUENTAL, 2016, p. 94). Estranhamente, um pouco mais tarde, a geração que revolucionou a literatura e a política portuguesas no século XIX, ao perceber que não assistiria à Revolução por ela almejada, preferiu organizar jantares e chamar a si própria de “vencidos da vida”, guardando consigo uma desilusão espiritual que ao menos no plano cultural nunca existiu verdadeiramente²⁶.

O início do século XX, por sua vez, marcado pelos assassinatos do Rei D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe em 1908, bem como pela instauração de uma Primeira República (1910-1926) que não chegaria a completar duas décadas de vida, passou longe de colocar

²⁶ De acordo com Gabriel Magalhães (2007, p. 158), “a Geração de 70, no âmbito da cultura portuguesa, é precisamente isso: um acesso de heroísmo intelectual – uma Aljubarrota do pensamento que teve o destino triste de Alcácer-Quibir. E os seus grandes protagonistas – Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins – são a história escrita de um Nun’Alvares que se viu nos espelhos misteriosos de D. Sebastião”. O contraponto tardio da Geração de 70 será a Geração de 1898 espanhola, liderada por Miguel de Unamuno, que uma vez atingida pela desesperança e humilhação ocasionadas pela Guerra Hispano-Americana (1898), viu na Ibéria um paliativo para lidar com o desmantelamento dos impérios peninsulares.

um ponto final na derrocada iniciada com o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir (1578). Com efeito, tampouco a celebrada Geração de Orpheu (1915) fora capaz de realizar com êxito, mas não por culpa exclusivamente sua, “uma metamorfose total da imagem, ser e destino de Portugal” (LOURENÇO, 2016, p. 97), visto que o propósito de seus membros não passava somente por apresentar as modernas correntes europeias a um país provinciano, mas também por fazer com que a Europa conhecesse a modernidade portuguesa, por meio da qual se alavancaria o nome de Portugal no continente.

Tendo chegado ao poder em 1926 com o objetivo de organizar o rumo das finanças do país, até meados de 1950, como conta o Sr. Silva, Salazar não “parecia ainda o estupor” que depois se revelaria, “o povo não o podia reconhecer cabalmente, não sabíamos nada, rezava-se para que deus e a nossa senhora (...) pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e bem-comportada” (MÃE, 2016, p. 94). Talvez por isso, como sugere Lourenço (2012), o ditador tenha encontrado em Portugal uma terra fértil para se perpetuar no poder sem oposição quase nenhuma.

Até aos sobressaltos dos anos 1960, conspícuos jornais do Ocidente referiram-se ao Estado Novo como ao exemplo mesmo de *ditadura sábia* [e] raros foram os que, de armas na mão ou repulsa ativa, o combateram ou fugiram dele. (...) Houve um Portugal de Salazar, dentro e fora do País, e este Portugal foi o último que se assumiu e viveu como *um destino*. Quis-se o país de Ourique, de Aljubarrota, da Restauração, do Império, das campanhas africanas, quis-se e viveu-se como o país do Minho a Timor (...) e acabou como *européu* sem Europa, sem que Salazar lhe visse o fim. (LOURENÇO, 2012, p. 66-67, itálicos do autor)

Seja como for, durante quase cinco décadas, talvez em função do explícito apoio entre Salazar e Franco, Portugal e Espanha não voltaram a discutir a necessidade de uma península unida política, cultural e economicamente para medir forças com aquela outra Europa, que se tornava cada vez mais sólida na girândola capitalista do Ocidente à medida que aumentava a sua capacidade industrial impulsionada pelo chamado novo liberalismo. Enquanto isso, em solo ibérico, imperava a filosofia do isolacionismo de António Salazar, cuja propaganda, alicerçada no lema “orgulhosamente sós”, levava adiante a ideia de um povo pacato e quase inofensivo, caracterizado por uma brandura que não se verificava na colônia. Para Salazar, “Portugal [era] um país doce, pequeno na Europa, [mas] grande e dilatado nos outros continentes” (SALAZAR, 1951, p. 356).

Pouco depois do término da ditadura, quando Portugal se viu imerso numa crise social e política com o fim da exploração das colônias africanas e reduzido à sua dimensão europeia, tendo lhe restado fora de suas fronteiras a sempre esquecida cidade de Macau

(de onde saiu oficialmente em 1999), curiosamente, novas propostas iberistas vieram a lume pelas mãos de José Saramago (1988) e Natália Correia (2003). Antes, ainda durante o período ditatorial, Miguel Torga (1952) também publicou um livro dedicado à causa pró-iberista. De certa forma, esses autores resgataram o balanço feito por Garrett (1830) e os escritos da Geração de 70 a respeito do tema para retomar – e reformular – o debate que havia ganhado destaque na cultura portuguesa pela última vez em meados do século XIX.

O nosso objetivo na próxima seção é pavimentar o terreno que nos levará ao caso de Valter Hugo Mãe, que dará continuidade, à sua maneira, ao imaginário que curiosa e periodicamente atravessa a literatura portuguesa em momentos de alguma conturbação política no país. Começemos, pois, retomando o passado.

2.2. O iberismo como utopia

Desde logo, convém indagar: para os autores que se ocuparam com o conceito de iberismo ao longo dos tempos, sejam estes portugueses ou espanhóis, ele foi sempre uma utopia? Uma resposta dada com rapidez, sobrepondo-se à batalha que indiretamente o provocou em 1580, leva-nos a responder à pergunta de modo afirmativo. Depois da união encerrada em 1640, nunca houve de fato um gesto convincente de reaproximação entre os dois países – a não ser pelo interesse de intelectuais favoráveis à criação do que seria um Estado Ibérico – que realmente fizesse os povos peninsulares acreditarem numa cooperação política, econômica e cultural que fosse capaz de garantir, a um só tempo, a preservação da independência dos países e a paz entre os seus povos, embora esta última, como cabe salientar, tenha sido bem conseguida ao longo dos últimos quatro séculos.

Por esse motivo, a cartilha diplomática do iberismo, nascido como teoria durante o clamor nacionalista na Europa oitocentista – quando Portugal e Espanha passaram por dificuldades e foram humilhados ou ameaçados por terceiros –, jamais previu ameaçar a soberania portuguesa que na mesma época Eça de Queirós intuiu n’*A Catástrofe* (1878) ao narrar a invasão de Lisboa por uma tropa estrangeira (ao que tudo indica espanhola)²⁷.

²⁷ Como aponta Ana Luísa Vilela (2013, p. 37), “n’*A Catástrofe*, nenhum elemento textual nos autoriza a identificar como espanhol o inimigo que ocupa Lisboa e o resto do país”. Entretanto, a professora recorre a uma cena d’*Os Maias*, na qual João da Ega apresenta a invasão por Espanha como meio privilegiado para a regeneração de Portugal, para suspeitar que a tropa invasora seja mesmo castelhana. Por seu turno, Pedro Eiras (2016, p. 44) é categórico ao afirmar que o texto de Eça “narra a invasão de Portugal por Espanha”.

Entretanto, se levarmos em consideração as diretrizes do projeto federalista peninsular, como mostra o professor António dos Santos Pereira (2007) ao refletir sobre esse tópico, o medo que ronda a novela eciana não passava de suspeição.

O iberismo recusa a admitir no seu campo semântico o desejo manifesto ou empreendido do domínio da totalidade dos povos peninsulares em várias ocasiões por diferentes monarcas portugueses, castelhanos ou outros, pela força ou pela negociação e a sua essência federal recusa o unitarismo ou unionismo centralista e fusionista, em que muitos caíram em ocasiões oportunas. (PEREIRA, 2007, p. 23-24)

Ainda assim, “na opinião de Eça, *A Catástrofe* deveria funcionar como um alarme para acordar um país adormecido. Literatura ambiciosa – e masoquista[!] –, Eça descreve com volúpia a tristeza de Portugal conquistado” (EIRAS, 2016, p. 44), como também o faz Mãe (2007), ainda que sem a mesma dramaticidade, no longo poema titulado “rogo a Espanha para que nos reconquiste de modo urgente e definitivo” (disponível na íntegra na seção “Anexos” desta dissertação). Na composição, como veremos adiante, no momento de sua análise, a Espanha não é propriamente uma catástrofe, mas o objetivo pelo qual se reza para aplacar a dor e a angústia portuguesas em relação a uma formação europeia excludente. Ao longo dos versos, como nos parece, Portugal tenta aceitar-se, finalmente, como periferia, fazendo dessa condição um caminho possível para seguir em frente.

Seja como for, no projeto idealizado em 1878, quando obviamente ainda não teria sido possível chegar à compressão de Mãe (2007), por meio de um narrador autodiegético, ex-combatente num conflito para o qual faltou sobretudo alma, Eça define os portugueses – um pouco como o fez Garrett, décadas antes, ao concluir *Viagens na minha terra* (1846) – como um tecido “morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte, (...) envilecido e gasto” (QUEIRÓS, 2002, p. 199). Como Eça terá compreendido, era preciso regenerar, mesmo que por meio da suposição de uma catástrofe redentora como a invasão de Lisboa por inimigos espanhóis, o espectro de coisas que naquela altura definiam a nacionalidade portuguesa²⁸.

De nossa parte, tendo em vista que o iberismo era um tema em voga nas discussões algo desesperançosas da famigerada Geração de 70 e que, “segundo o filho de Eça, a escrita do conto seria o primeiro pensamento dum romance estranho que deveria ter por título *A Batalha do Caia* e narrar justamente a invasão espanhola a Lisboa” (VILELA, 2013, 36-37), tendemos a concordar com a posição de Eiras. Além disso, em 1995, em diálogo com o projeto inacabado de Eça, Mário Cláudio publicou um romance intitulado justamente *As Batalhas do Caia*, no qual um narrador conta a história de um escritor (o próprio Eça de Queirós) e as suas adversidades ao escrever uma narrativa sobre a invasão espanhola a Portugal.

²⁸ Na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça entre julho de 1889 e maio de 1892, a propósito do agitação causado pela Proclamação da República no Brasil, como demonstrado por Fátima Bueno (2006), Eça temia

Por isso, ao ser, nessa tarde fatal, anunciada oficialmente a entrada dum exército inimigo na fronteira, toda a cidade ficou como petrificada, num desvairamento de terror. Já se imaginava ver os regimentos inimigos espalhando-se pelas ruas... **Não creio mesmo que tivesse havido a ideia dum resistência séria. Disse-se, é certo, que tentaríamos dar uma batalha junto a Caminha, ou em Tancos, unicamente para mostrar à Europa que tínhamos ainda alguma vitalidade;** mas era apenas uma demonstração, porque a ideia seria recolhermos às linhas de Torres Vedras e defender Lisboa. (QUEIRÓS, 2002, p. 199-200, grifo nosso)

Depois da invasão que deu a Portugal “a ideia da derrota e do fim da Pátria”, o narrador confirma que “do alto de algum edifício já flutuava a bandeira estrangeira” e que o ar que se respirava nas ruas “estava carregado de qualquer coisa sutil e opressiva, como uma atmosfera intolerável que circula nas praças, penetra nas casas, muda o gosto à água, faz parecer o gás menos claro [e] deposita na alma uma tristeza contínua, obcecante, (...) lutuosa” (QUEIRÓS, 2002, p. 196). A presença dum soldado à entrada do Arsenal, o qual o narrador observava diariamente, provoca-lhe “a sensação de que nunca deixará de haver sobre Portugal uma sentinela estrangeira” (QUEIRÓS, 2002, 197), a ditar as regras que deveriam ser cumpridas por uma pequena nação cuja “multidão, abatida e fúnebre, fora bem castigada por desprezar a Pátria e não lutar por um país próspero, vivo, forte, digno da sua independência” (QUEIRÓS, 2002, p. 209).

Como sugere a carga adjetival queirosiana, ao longo do século XIX, como também constata Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 55), “Portugal parecia esvaziado de sentido nacional, de projeto e de aventura, vivia mesmo distante da ideia e da ciência do século, manipulado ao sabor dos interesses estrangeiros e sem força”. Espantado com tamanha entrega ao imobilismo, em tom fatalista, a confirmar a ausência de sentido nacional que seria um dos temas mais discutidos pelos membros da Geração de 70, o narrador, ao longo dum passagem capaz de dimensionar o cenário de subalternidade ao qual seu país estava submetido, pontua:

Ninguém acreditava na resistência possível, e, diante do perigo, o egoísmo erguia-se feroz e brutal. O ódio ao inimigo era violento – menos pela perda possível da Pátria livre que pelos desastres particulares que traria a derrota: um tremia pelo seu emprego, outro, pelo juro das suas inscrições. Até aí o Estado dera o pão ao País, e na perda do Estado, via-se o fim do pão de cada dia. Mas essa indignação em frases parecia esgotar toda a quantidade de patriotismo que podiam dar aquelas almas: porque em cada proposta que sugeriam as frases

que os ideais republicanos, se atingisse o seu país, significaria, no dia seguinte, o confisco de Lisboa por parte de um exército espanhol. Isso, para Eça, que àquela altura, curiosamente, já havia publicado e deixado inacabada *A catástrofe* (1878) redentora (?), “seria o fim da nossa autonomia, da nossa civilização, da nossa história, da nossa língua, (...) porque temos, durante séculos, derramado sangue e tesouros” (QUEIRÓS apud BUENO, 2006, p. 61).

aterradas - ceder as colônias em troca de uma aliança inglesa imediata, ou fazer a cessão de duas províncias - havia, no fundo, a ideia imutável da capitulação, o horror da luta. (QUEIRÓS, 2002, p. 201)

A preocupação e o pessimismo expressos inicialmente no título da novela e depois pelo narrador podem ser explicados com base nos acontecimentos internos e externos que assinalavam a distância entre Portugal e a Europa tida como hegemônica. Antes de 1878, ano em que Eça escreveu *A catástrofe*, é possível citar as invasões das tropas napoleônicas (1807-1810), a transferência do Império para o Rio de Janeiro (1808) e a Independência do Brasil (1822), aos quais se somariam, em uma sequência derradeira, a Conferência de Berlim sobre a partilha de África (1884-85) e a imposição do Ultimatum (1890). Além de confirmarem o enfraquecimento de Portugal na balança europeia daquele século, esses episódios contrariavam também o modo como o país interpretava a si próprio, visto que a suposta invasão imaginada no texto de Eça, num país que se orgulhava de haver fundado a moderna zona colonial, era realmente uma humilhação carregada de uma ironia atroz – uma verdadeira catástrofe!

De fato, como Eça parece ter notado primeiro do que ninguém, apesar da carga de idealismo contida no iberismo, fora do plano teórico, “Portugal aferrava-se doentamente ao lusismo para esconjurar os demônios da iberização, como se um desmaiado sentimento pátrio esmorecesse a sua individualidade na Península”, enquanto “a Espanha recalcava o ressentimento pela amputação de Portugal do corpo ibérico” (CORREIA, 2003, p. 13). Neste cenário de fantasmas insepultos, que fazia com que nenhum dos lados acreditasse verdadeiramente na estreiteza dos laços políticos e no apagamento dos confrontos que marcaram o território peninsular, os acontecimentos de Aljubarrota (1385), Toro (1476), da Restauração (1640) e do Ameixial (1663) foram sempre as principais assombrações envolvendo o sonho de uma comunidade ibérica capaz de angariar a paz entre os povos e extirpar o drama do nacionalismo europeu.

Sendo assim, o iberismo tornava-se algo fantasioso à medida que desconsiderava as identidades individuais e nacionais dos povos peninsulares para apostar somente numa coalização pacífica e fraternal que poderia ser construída coletivamente; por isso, de parte a parte, talvez nunca tenha deixado de ser uma utopia desejada e entrevista apenas por filósofos e literatos, a exemplo de alguns dos membros das já citadas gerações de 70 e 98. Naquela altura, por estarem convencidos de que a união ibérica era a forma mais provável de contrabalançar a desigualdade em relação à marcha capitalista que colocava Portugal e Espanha à margem do movimento liberal e cultural europeu, não raro os intelectuais da

época tentavam “descobrir elementos de unidade no âmbito cultural ou geográfico, seja a língua, a geografia ou alguma tradição para justificar os elementos identificadores de um gênio peninsular” (PEREIRA, 2007, p. 32).

Contudo, não há registro de partido político, seja em Lisboa ou em Madrid, que tenha feito do iberismo um plano de governo ou um tema a ser debatido na esfera pública. De maneira contraditória, em Portugal, quando chegaram ao poder, “os republicanos, os seus mais legítimos defensores, renegaram o iberismo na constituição que aprovaram em 1911” (PEREIRA, 2007, p. 36). Como se vê, o termo jamais assumiu uma configuração séria na vida política dos dois países, mesmo no século XIX, quando, em dado momento, alguns intelectuais e escritores cogitaram deixar o nacionalismo de lado em favor do que seria uma federação peninsular. Mas mesmo nesta época, o iberismo era mais um amuleto no qual os povos ibéricos se agarravam para existirem sem medo diante da outra Europa do que um projeto a ser levado efetivamente adiante.

A associação ibérica nasceria em momentos de atraso dos respectivos povos face às potências industriais, financeiras e militares do tempo [ótica pela qual o iberismo] **patenteava uma solidariedade na miséria.** O iberismo pretendia constituir-se como uma hipotética resposta à supremacia econômica das potências do Norte da Europa (...) entendendo que só o todo peninsular, na perspectiva de alguns dos iberistas, já anunciada em *Portugal na Balança da Europa* por Almeida Garrett, garantiria sucesso face àquelas. (PEREIRA, 2007, p. 32, grifo nosso)

No entanto, apesar de algum endossamento espanhol, reconhecido nas figuras de Ángel Ganivet, Miguel de Unamuno e José Ortega y Gasset, é importante destacar que o iberismo é um desejo muito mais português, posto que, no outro lado da fronteira, pelo menos desde 1850, há registros de textos nitidamente contrários à causa iberista. O mais famoso e categórico talvez seja o de Sinibaldo de Mas y Sanz, titulado *A Iberia. Memoria escripta em língua hespanhola por um philo-portuguez, e traduzida em língua portuguesa por um philo-iberico* (1852), a partir do qual se colocou em dúvida a real capacidade de Portugal como um futuro parceiro político e econômico de Espanha. Para Mas y Sanz, se houvesse iberismo, este deveria ser fusionista e não unionista, ou seja, a Espanha anexaria Portugal às suas terras e passaria a governá-lo como entendesse, pois havia a compreensão de que “os Estados pequenos eram incapazes de promover o progresso econômico e/ou a expansão da cultura” (ROCAMORA, 1993, p. 635).

Na resposta de Joaquim Maria da Silva, em *Federação Ibérica ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península. Por um Português* (1854), ao adotar um

tom bem menos duro, o autor lembra, de modo geral, que esforços e vontades em comum tornariam possível a realização dessa idade de ouro, de paz e de fraternidade que seria o sonho da federação ibérica. Porém, para Santos Pereira, as alegações de Maria da Silva não foram suficientes para dissuadir boa parte dos espanhóis, posto que os argumentos de Sinibaldo de Mas y Sanz já haviam prejudicado – e muito – o ideal ibérico.

Aqui, se retomava a ideia de um país anão, raquítico, depois da independência do Brasil, incapaz de conseguir tratamento paritário ao nível das nações. Além da ticanhez das dimensões físicas, no âmbito civilizacional, o mesmo era colocado em quase paralelo à Turquia. (PEREIRA, 2007, p. 30)

Segundo Gabriel Magalhães (2007, p. 160), mesmo na sequência do esgotamento da exploração colonial e da desagregação de seu Império ao longo de 1820, a Espanha nunca demonstrou tanto interesse na construção dum Estado para a nacionalidade ibérica, sendo “o iberismo um hábito português e uma tentação espanhola” que nunca mereceu realmente a atenção da *intelligentsia* hispânica. Menor e mais enfraquecido desde a fuga que culminou “na conversão da metrópole em apêndice da colônia, invertendo o sentido do pacto colonial” (SANTOS, 2013, p. 184-185), Portugal via na união com a Espanha uma forma de não desaparecer do circuito europeu num momento de afunilamento dos nacionalismos na Europa. Em contrapartida, possuindo um território muito maior e sem ver o seu comando político se desagregar da mesma forma, a Espanha se via em condições de renascer sozinha entre as potências que disputavam a dominação do planeta, razão pela qual Portugal não era mais do que uma tentação a partir da qual os espanhóis poderiam tentar a sua reabilitação.

Seja como for, o iberismo jamais ultrapassou o plano das ideias e jamais atingiu uma dimensão política, administrativa ou econômica que tenha posto em prática o sonho redentor de uma Ibéria inspirada no federalismo e na paz universal de Kant, que somada ao idealismo do espírito universalista de Hegel, guiaram os grandes nomes da Geração de 70. Depois disso, o país só voltou a conviver de perto com o tema, embora sem o mesmo agitação cultural, quase um século após as publicações de Antero de Quental (em dado momento um iberista federalista convicto)²⁹ e Oliveira Martins (que viveu em Espanha

²⁹ “Uma nação moribunda”, comenta Antero (1868, p. 14), “é uma coisa poética: (...) Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-ei de afirmar aos patriotas (...) esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas atuais circunstâncias, o único ato possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade”.

entre 1870 e 1874)³⁰, ambos mais iberistas do que Eça (a posição mais reticente relativa às intimidades ibéricas) e Almeida Garrett (que via a união com o desespero típico de um nacionalista romântico)³¹.

Como explica Santos Pereira, apesar das manifestações iberistas terem agitado a vida cultural da península durante boa parte do século XIX, tendo inclusive influenciado no aparecimento de jornais e revistas apologistas em Portugal:

Sem uma concretização histórica marcante, [o iberismo] constitui uma resposta ao nível das ideias, adotada do racionalismo Setecentista e do cientismo e idealismo Oitocentistas para os problemas da península. Faz parte, portanto, do grande projeto de crença nas capacidades da razão e nas virtudes da ciência para eliminar carências e resolver os conflitos sem guerra, nem violência. (PEREIRA, 2007, p. 36-37)

Já quase no final do século XX, quando estão escrevendo José Saramago (1986) e Natália Correia (1988) as suas obras de conotação iberista, uma nova carência se impõe sobre a realidade lusitana após o fim da ditadura em 1974, o que levará a literatura a fazer do destino de Portugal o principal mote de muitas de suas publicações. Refletia-se então sobre a realidade de um país economicamente instável que se deparava com a chegada de aproximadamente 500 mil cidadãos nascidos em sua maioria nas ex-colônias africanas – cujas presenças em solo lusitano atestavam o fim do Império que até ali havia garantido a existência multicontinental de Portugal –, bem como, embora em menor escala naquela altura e ainda com alguma desconfiança, sobre “parte do breve trecho de uma nova ordem europeia dita democrática” (BARRENTO, 2016, p. 14).

Naquele momento, como em outras crises internas, o iberismo voltava a ser um instrumento por meio do qual se tentava resolver as carências econômicas do país. Com ele, como é certo, Portugal buscava mudar a sua condição de periferia no espaço europeu, mas nem mesmo a integração na CEE, como confirmará *a máquina de fazer espanhóis* na seção a seguir, seria capaz de reverter o quadro doloroso. Assim, depois da Restauração (1640), o iberismo se insere em uma longa tradição que visa restituir o lugar de Portugal

³⁰ Segundo Bueno (2006), no ano seguinte à Proclamação da República no Brasil, Oliveira Martins, assim como Eça, revelava preocupação diante da possibilidade das hostes republicanas se agitarem em Portugal, sobretudo depois do *Ultimatum* de 1890, quando os ingleses impuseram aos portugueses uma humilhação comparável, na opinião do historiador, ao desastre de Alcácer Quibir, fazendo-os reviver a ideia de que, em face do mesmo fantasma, como em 1580, a nação acabaria subjugada pelo trono espanhol.

³¹ Apesar da decadência, Garrett (1830, p. 287) nutria “a esperança de que não seremos constringidos a essa extremidade [...] Portugal só poderá ir unir-se à Espanha por uma espécie de vingança ou ressentimento contra a injustiça, tirania e insultos de Inglaterra”. “Preza a Deus que não seja necessário volver a ele! E, se preciso fosse, “talvez uma federação [...] mas suspendamos por ora todas as reflexões sobre este objeto...” (p. 319-320).

numa Europa da qual sempre esteve simbolicamente exilado, a fugir dos desdêns de quem nunca se importou realmente consigo³².

Não é outro o sentimento de José Saramago ao propor, no ano da oficialização da entrada de Portugal na CEE, o exílio da Península Ibérica em *A jangada de pedra* (1986), a partir da qual fantasia o descolamento dos Pireneus da Europa, que então começariam a vagar oceano afora em direção à América Latina e à África³³. Naqueles espaços, movido pela ética e considerando que a Espanha também assumirá seus erros históricos, Portugal pediria insuficientes desculpas aos povos afetados pelas espoliações de outrora, buscando com isso uma reaproximação cultural – definida pelo autor como *transiberismo* – que lhe tirasse o fardo de ter nascido na Europa, transformada numa espécie de entidade na qual não se podia confiar. Dentro do que se considera uma proposta de diálogo e de reencontro com o Sul, os países ibéricos se reaproximariam de localidades que, muito em função da exploração do passado, sempre experimentaram carências sociais e econômicas parecidas com as suas.

Foi este o caminho traçado por Saramago para fugir não apenas dos desmandos do bloco europeu no qual não acreditava, mas também das regras que logo lhe imporiam o neoliberalismo estado-unidense em um mundo globalizado e inexoravelmente sujeito às amarras do poderio econômico. Não por acaso, n’*A jangada de pedra*, parte desta utopia reside na tomada de consciência acerca da lição revolucionária que os povos ibéricos, em especial os portugueses, davam à nova matriz europeia ao abandonarem a localidade na qual “nunca se sentiram europeus de pleno direito como o são os franceses, os alemães, os belgas e os holandeses” (LOURENÇO, 2011, p. 19), que talvez nunca tenham sentido o mesmo incômodo em relação à sua identidade continental.

Fora da ficção, no campo do ensaio, quando Portugal e Espanha passavam, ainda sem grandes resultados, pelas mudanças impostas pela adesão à União Europeia, Natália

³² Embora reconheça o desdém e o exílio no qual Portugal está metido, Saramago, um pouco à maneira de Mãe (2016), não está preocupado em retomar uma história de destaque no continente, por isso escreverá um romance – *A jangada de pedra* – no qual propõe exatamente o oposto. Além disso, “a União Europeia nos dita o que devemos fazer em todos os níveis da vida. Caminhamos para a pior das mortes: a morte por falta de vontade, por abdicação. Essa renúncia é também a morte da cultura. Por isso creio que um país morto, como Portugal, não pode fazer uma cultura viva” (SARAMAGO, 2010, p. 100).

³³ “Fruto do imediato ressentimento coletivo português pelos desdêns históricos da Europa (mais exato seria dizer fruto de um meu ressentimento pessoal...), **o romance que então escrevi [navega] a caminho de uma utopia nova: o encontro cultural dos povos peninsulares com os povos do outro lado do Atlântico** (...) Uma visão duas vezes utópica entenderia esta ficção política como uma metáfora muito mais generosa e humana: que a Europa, toda ela, deverá deslocar-se para o Sul, a fim de, em desconto dos seus abusos colonialistas antigos e modernos ajudar a equilibrar o mundo. Isto é, Europa finalmente como ética.” (SARAMAGO, 1999, n.p., grifo nosso)

Correia (2003, p. 12), um pouco como Antero de Quental (1871), pontuava que “a mística nacionalista dos Descobrimentos, que punha ênfase no Portugal Atlântico”, deveria sair de cena “para dar lugar à identidade original ibérica”. Para Correia (2003, p. 9), a suposta crise de identidade que atingia a nacionalidade portuguesa, “provocada pela configuração que reduzia o país à dimensão territorial da partida”, era fruto da completa “anulação das prerrogativas do Portugal peninsular”, que se “lançava no palco do mundo como um país operário apresentado [apenas] pelas fanfarras dos restos mortais de um apogeu de que nos precipitamos em uma contínua, apagada e vil tristeza” (p. 12).

Dessa forma, para a autora de *Descobri que era Europeia*, a saída para Portugal e Espanha, sem negar completamente a Europa, como o faz Saramago, passava pela criação duma comunidade cultural ibero-afro-americana cuja importância, de início, é justificada em termos geopolíticos.

Nesta época planetária que nos instiga a tirar frutos do nosso ecumenismo, a vertente atlântica solicita um projeto pluricontinental que englobaria, pelo lado da lusofonia, Portugal, Brasil e os países africanos de fala oficial portuguesa e, pelo outro ramo da cultura ibérica, a Espanha e as Américas espanófonas. Numa sociedade internacional em que a dinâmica dos comunitarismos atrai os povos para agrupamentos determinados por afinidades culturais, a previsão de 645 milhões de falantes do português e do castelhano para o início do século XXI, constituindo uma das maiores comunidades linguísticas e culturais do Mundo, introduz toda a lógica numa constelação ibérica euro-afro-americana. (CORREIA, 2003, p. 13)

Ainda que a proposta de Correia – espécie de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com a participação de Espanha – difira daquela apresentada no século XIX sob a forma de federalismo ibérico e aproxime-se do *transiberismo* de Saramago, a sua proposição acaba caindo no mesmo utopismo em que caíram todas as outras. Por mais que não reforce “o nacionalismo empanturrado de uma pátria soberba” (CORREIA, 2003, p. 29), ao crer que portugueses e espanhóis guardam com os povos colonizados afinidades o bastante para que se esqueçam dos banhos de sangue do passado e aceitem fazer parte duma comunidade extraeuropeia no mínimo controversa, Correia se esquece de que a sua efetivação poderia apenas gestar saudade e não gerar qualquer futuro. Por isso, de certa forma, a criação da CPLP foi o mais perto que se chegou, embora sem a participação de Espanha, das propostas sobre as quais temos comentado.

Ainda que não demonstre em termos práticos como a tal comunhão seria criada, a autora de *Somos todos hispanos* sabe que antes de fazer a improvável viagem de regresso ao Sul é preciso “resolver” uma utopia que nos parece ainda maior: a Ibéria. Para Correia,

“uma comunidade hispânica pluricontinental pressupõe naturalmente um relacionamento estruturado entre os dois países peninsulares” (2003, p. 13), que para mostrarem a latino-americanos e a africanos a fiabilidade da cooperação que propunham, deveriam primeiro resolver os seus conflitos seculares. Se, na *jangada saramaguiana*, por obra do acaso, os dois países desgarram-se juntos do Velho Continente, em Correia, por outro lado, em um segundo momento, o apelo para que se unam é radicalmente histórico e pessoal:

Seja a Ibéria eu ser irremediavelmente portuguesa dando ao demônio quem ofender a Espanha e tu seres violentamente espanhol apostando os testículos por Portugal (...) É Lorca oferecer à bala o coração que não tinha Fernando Pessoa e Pessoa sentir na cabeça a bala que estourou o coração de Lorca. É Camilo escrevendo no *Amor de Perdição* a novela mais profunda e intensa da paixão fúnebre espanhola e Unamuno enamorado desta pátria *dos amores tristes e dos grandes naufrágios* (CORREIA, 2003, p. 109, itálicos da autora).

Por fim, se tratamos das semelhanças culturais e das desconfianças que marcam a pretensa união entre os povos ibéricos, não podemos deixar de retomar a contribuição de Miguel Torga. Iberista convicto, Adolfo Correia da Rocha traz no seu projeto literário e no seu pseudónimo a materialização de um sonho que homenageia, simultaneamente, três grandes “Migueis” da vida cultural espanhola: Unamuno, Cervantes e Molinos. Torga, por seu turno, remete a uma erva daninha encontrada nas encostas da região de Trás-os-Montes, no norte de Portugal, onde nasceu o poeta em agosto de 1907.

Porém, mesmo em sua obra, desde a publicação d’*Alguns poemas ibéricos* (1952), quando apresenta uma das grandes representações poéticas da *ibericidade*, Torga já havia notado que o iberismo existiria somente como uma utopia a ser perseguida. Por isso não é trivial que resgaste justamente o clássico de Cervantes – marco da fantasia de origem ibérica – para realçar que o iberismo é uma criação quixotesca, ou seja, um conceito que jamais existirá para além do plano mental de quem o sonha. Assim, no poema “Pesadelo de Dom Quixote”, na primeira estrofe, vemos o diálogo do fidalgo com o seu fiel amigo Sancho Pança, o único que topa acompanhar o cavaleiro em suas aventuras errantes. Veja-se, no entanto, que, em Torga, ao contrário da novela cervantina, quem fantasia é Sancho:

A nossa Dama, Sancho! A nossa Dama!
Pois quem é que me chama e que te chama?
Castela, dizes tu?! Dizes, Castela?!
Acorda, Sancho! A Dulcinea é Ela”...

(TORGA, 1982, p. 73)

Na versão seguinte do mesmo livro, intitulado *Poemas ibéricos* (1965), ao rever o poema cujo título não sofre nenhuma mudança, Miguel Torga não se contenta somente em alterar o alcance geográfico do iberismo ao trocar Castela (espaço menor) por Ibéria (espaço maior); ele modifica também o tamanho do sonho de Sancho, aumentando, por consequência, a megalomania que o acompanha, dado que agora o iberismo seria ainda mais ambicioso e, portanto, ainda mais utópico, sobrevivendo apenas no coração de quem o sonha, como afinal são todas as utopias. Com Dom Quixote e Sancho Pança, mais uma vez, respondemos sim à pergunta feita no início desta seção.

Pesadelo de D. Quixote

Sancho: ouço uma voz etérea
Que nos chama...
Ibéria, dizes tu?!... Disseste Ibéria?!
Acorda Sancho, é ela a nossa dama!
Pois de quem hão-de ser estes gemidos?!
Pois de quem hão-de ser?!
Só dela, Sancho, que nos meus ouvidos
Anda o coração a padecer...

Ergue-te Sancho! Quais moinhos?! Quais?!
Ai! pobre Sancho, que não sabes ver
Em moinhos iguais
Qual deles é só moinho de moer!...

(TORGA, 1982, p. 73)

2.3. A máquina de fazer espanhóis é Portugal

Ao contrário dos autores mencionados acima, Valter Hugo Mãe nunca se declarou iberista. Assim, a não ser pelo que nos indica a sua produção literária, não se pode atribuir a ele qualquer defesa da união política e/ou cultural entre as duas nações. Podemos, em contrapartida, chamar a atenção para a publicação de dois importantes poemas inseridos no livro *pornografia erudita* (2007) – esgotado pouco tempo depois de seu lançamento por uma editora independente do Porto –, nos quais o autor não só tematiza a relação dos portugueses com a União Europeia como também sugere que a Espanha, principalmente por desfrutar de uma condição econômica mais privilegiada na atualidade, ainda exerce certa influência sobre o imaginário lusíada.

Em “rogo a espanha para que nos reconquiste de modo urgente e definitivo” e “a máquina de fazer espanhóis”, a influência daquele país se verifica já nos títulos, embora

sejam poemas que tratem de Portugal e tenham como pano de fundo o contexto disfórico dos portugueses na Europa. Mesmo assim, não nos parece que Mãe recorra à Espanha em busca de apresentar uma saída em tempos de crise, como de alguma forma o fizeram os escritores citados anteriormente nos séculos XIX e XX. Em nossa leitura, a julgar pela natureza dos poemas e pelas divagações do Silva da Europa acerca do tema, a Espanha é retomada com o intuito de destacar a transformação e a aceitação de Portugal em um país efetivamente periférico, que ainda se vê preso, mesmo que sem a mesma intensidade, aos sonhos do passado para se imaginar em condições centrais em solo europeu.

Por não se tratar de um projeto iberista, mas de um sonho sabidamente inacessível dentro de uma lógica neoimperialista, se não puderem sonhar com a Espanha, como se pode notar em um dos poemas, os portugueses sonharão com a França, e assim por diante, supomos, até que um dia não seja mais preciso alimentar os devaneios de quem vive mergulhado “na imaginação do centro” (RIBEIRO, 2004). Porém, para que isso aconteça, ainda segundo a estudiosa, será preciso desimaginar o centro e aceitar “que as imagens centrais construídas por Portugal vêm rodeadas de fantasmas de periferia e que, de forma simétrica, as imagens de periferia estão frequentemente imbuídas de fantasias de centro” (RIBEIRO, 2004, p. 30).

juntem, por isso, a vossa à minha voz
e se der errado, se os espanhóis forem a mesma merda
que somos nós, rogamos ajuda à França, que por lá, é certo,
há mais português infiltrado, com quem roeremos por dentro
as fundações de cada empecilho, até que também como
edifícios comidos de traça, nem que seja preciso aluir Paris
e lamentar tal coisa eternamente. um dia, meus amigos,
também havemos de encher a pança.

(MÃE, 2007, p. 85)

No fundo, ao sonhar com a Espanha e com a França, Portugal continua a fantasiar o centro por trás do qual há séculos tenta ocultar uma incômoda imagem de periferia. Esta condição, no entanto, como vale relembrar, não é negada no romance e nos poemas, nos quais se revela uma imagem do país profundamente condicionada à periferia. Assim, em Mãe, por intermédio dos espanhóis, reacende-se umas das grandes discussões portuguesas do século XIX, mas agora sem a esperança de se recuperar qualquer imagem de alguma forma ligada ao centro. É como se o país tivesse gastado tempo demais perseguindo uma imagem da qual desde cedo se distanciou e como a Europa (do Norte), naturalmente, em múltiplos aspectos, principalmente econômicos, não se desenvolveu.

deixem-nos ser espanhóis, chamem-nos
pepe e levem-nos a madrid nas viagens de
escola. em portugal já nem há cu que aguento
como nem o castelhano nos cansa. queremos ser
os taxistas dos imperadores, talvez limpar o chão
dos corredores de uma corrupção mais digna, internacional,
ou fazer casas de bonecas para madames de tamanho
natural, mas tirem-nos imediatamente daqui,
por pouco mais vamos começar a gritar
e seremos lancinantes de terra ao céu, à
espera de que nos queiram bem e nos suture,
por fim, o esfíncter massacrado.

(...)

queremos pagar caro um internamento num hospital
de espanha, mas nunca barato num
hospital português, porque **queremos ter
salários com que possamos orgulhosamente
pagar tudo aquilo de que realmente precisamos.
vinde espanhóis emproados e sofisticados,
façam de nós cidadãos de uma europa comum,
façam-nos parecer alguém.**

(MÃE, 2007, p. 79-80, grifo nosso)

“O discurso de perdição no qual está envolto a periferia” (RIBEIRO, 2004, p. 30), como demonstrado no poema acima, dono de uma ironia amarga e até corrosiva, também será aceito pelos velhos no asilo. Cidadãos comuns, atravessados, sem protagonismo, por eventos como a ditadura e o ingresso na União Europeia, estiveram sempre afastados de qualquer perspectiva que pudesse lembrá-los do centro perseguido em larga escala pelo discurso institucionalizado³⁴. Se antes havia esperança na recuperação de uma posição de destaque na Europa, capaz de angariar uma participação mais ativa no continente com o auxílio de Espanha, na atualidade, face a não concretização de um sonho já secularizado e suficientemente glosado, o que se deseja é conviver com esta parte da história de outra forma, ou seja, sem a tristeza latente noutro poema de Mãe, sobre o mesmo assunto, a ser lido, mais detalhadamente, nas duas páginas seguintes.

³⁴ Antes de Portugal voltar à Europa da qual estava simbolicamente apartado, a classe dirigente promoveu, como lembra López-Vega (2006), uma série de atos que evidenciavam o entusiasmo com a União Europeia: “no ano de 1985, o corpo de Fernando Pessoa era levado do jazigo de família ao Mosteiro dos Jerónimos, onde ficava à sua espera Luís de Camões; o país festejava o sexto centenário da vitória dos portugueses sobre os castelhanos na batalha de Aljubarrota” (p. 367). Além disso, ainda segundo o crítico espanhol, o Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia, em 12 de junho, fora assinado no claustro dos Jerónimos; o primeiro-ministro Mário Soares afirmou em cadeia nacional que “a integração de Portugal na CEE, consequência lógica da descolonização e da democratização do pensamento republicano representava a possibilidade de um futuro de progresso e de modernidade” (LÓPEZ-VEGA, 2006, p. 367).

Por isso, em Mãe, nas obras em discussão, o povo lusíada está de fato bem distante do curto protagonismo que lhe coube entre os séculos XV e XVI, pouco importado com a retomada de um império e de um passado grandioso a haver. Está-se longe até mesmo do que se pôde verificar na literatura até a publicação de *Mensagem* (1934), que também se preocupava em imaginar Portugal como centro, ainda que como um centro cultural no Ocidente, “imerso e dissolvido no universal de todos”, diria Lourenço (2016, p. 135). No exercício de autognose de Mãe, por detrás de Espanha, revela-se a imagem que diversos autores, dalguma forma, tentaram contornar ao longo do tempo, remediando uma imagem de periferia com a qual Portugal deve conviver de maneira mais real e menos dolorosa, fazendo do destino que lhe coube, por desacertos de outrora. uma verdadeira experiência governativa, econômica e cultural.

Ao serem apagados da recolha que o autor fez de sua obra poética em livros como *contabilidade* (2010) e *publicação da mortalidade* (2018), “rogo a espanha para que nos reconquiste de modo urgente e definitivo” e “a máquina de fazer espanhóis” terão gestado os temas que fecundaram no romance homônimo publicado em 2010. Nele, ao descobrir, décadas depois, que “a Comunidade Europeia não diminuiria a tensão econômica, política e cultural entre Portugal e a Europa” (SANTOS, 2011, p. 28), o Silva europeu, já cansado de defender a sua própria europeização, se refere ao seu país como “uma máquina de fazer espanhóis” – como se este estivesse em fuga de si mesmo, à espera dalgo que o levantasse do recolhimento letárgico aludido no poema a seguir –, a quem outra personagem se junta para lamentar o fato de terem se separado de Espanha em definitivo.

a máquina de fazer espanhóis

uma máquina que transformasse portugueses em espanhóis, impecável, infalível, perfeita, eles entrando por um lado pálidos e mirrados, saindo do outro corados, estendidos de narizes proeminentes e orgulho. uma máquina que fosse tão esperta que, no momento de decidir cada coisa, preterisse sempre portugal e trouxesse ao de cima o esplendor do país vizinho. era pegar nessa máquina, saber quem a inventou e fazer-lhe amor pelo cu até que desfalecesse extenuado. enviar relatório detalhado para todo o mundo, alardear entusiasticamente a satisfação de quem, nem que seja por casmurrice, espera por sebastião.

(MÃE, 2007, p. 65)

A julgar pela história sobre a qual discorremos anteriormente, cercada de batalhas, medos, desejos, sonhos, queixas e projetos irrealizáveis, o menos provável é que surgisse

em Portugal poema que voltasse a falar dos problemas do país por meio de Espanha, como se desfizesse, séculos depois, o que Eduardo Lourenço (2016) considerou um dos grandes traumatismos da vida portuguesa. Lidos em conjunto, poema e romance parecem eleger a Espanha, e a sua trajetória pós-colonial, como uma espécie de exemplo a ser seguido na pós-modernidade, quando, em meio à revolução econômica e tecnológica da qual resulta a globalização, “a cultura espanhola alcançou na Europa a visibilidade e a presença que a cultura portuguesa não foi capaz de ostentar” (LOURENÇO, 1994, p. 83).

Não é trivial, portanto, que no poema acima se recorra a D. Sebastião para dar cor à tristeza e à imobilidade de quem porventura espere pelo rei morto para voltar a sentir orgulho de Portugal. De acordo com Ribeiro (2004), é precisamente em 1578, quando o “Desejado” desaparece nas areias marroquinas e Portugal, logo depois, é anexado à coroa espanhola sob comando da dinastia filipina, que tem início a derrocada da gesta imperial portuguesa na Europa. Para a professora, “a incompletude da missão do soberano (...) marcaria na consciência nacional o fim de uma era de grandeza (...) que traria a Portugal os contornos de uma catástrofe, (...) imagem de um país que também estava destinado à subalternidade” (RIBEIRO, 2004, p. 41).

Contudo, ainda com base em Ribeiro (2004), o rei inerte, símbolo do fracasso de uma nação que havia interpretado a história como progresso, ao invés de se transformar no exemplo de um ciclo acabado cujo luto deveria ser experimentado – como Mãe propõe no poema para que se possa, enfim, seguir adiante –, tornou-se ao mesmo tempo fantasma e fantasia.

Dada a duplicidade intrínseca ao mito, podemos asseverar que com este episódio dramático da história nacional se criava aquilo que viria a ser simultaneamente o maior fantasma e a maior fantasia da mitologia portuguesa: nele se concentra a mais profunda imagem de Portugal como periferia – na imagem da nação chegada ao fim – e a mais exorbitante imagem de centro, pela possibilidade de reimaginar a nação desejada, consubstanciada na miragem de voltar a ser. (RIBEIRO, 2004, p. 41)

Passados cinco séculos desde a instauração do mito sebastianista no imaginário nacional, os velhos internados no asilo sabem que a nação não chegou propriamente ao fim, mas se recusam a acreditar no mito segundo o qual “alguém virá das astúrias a cavalo para expulsar os ímpios do território e repor o brio no sentimento nacional (MÃE, 2016, p. 197). Para eles, as figuras da pátria que ajudaram a perpetuar a esperança no regresso do “Encoberto”, responsáveis por alimentar o que Ribeiro (2004) definiu como “a ilusão do centro”, devem ser lidas, analisadas e celebradas à luz de um prisma menos mítico e

irrealista – como também queria Lourenço ([1978]2016) – a fim de que sobre espaço para se cuidar de um presente no qual não parece haver espaço para qualquer fantasia de cariz sebastianista.

o nosso camões não havia de ser o bandarria e naquilo não colocaria uma profecia nem lhe dava para visionário. e o bandarria o mais que viu foi nevoeiro. pense bem, foi um nevoeiro que lhe tolheu as adivinhações. não adivinhou o raio que o parta. era mais um poeta. e o anísio ria-se e dizia, tem razão, escrevem para aí umas porcarias e a gente fica séculos a vaticinar por especulação. (MÃE, 2016, p. 105)

Presas ao passado, época de grandes acontecimentos, as ações portuguesas, hoje diminutas, não conseguem se inscrever no presente, tempo no qual, segundo um título de José Gil (2012), Portugal tem medo de existir. À constatação do filósofo acrescentaríamos que o país tem medo de existir como periferia, motivo pelo qual prefere negar a condição que o Silva da Europa, mesmo querendo tanto ser europeu, aceita ao final de seu percurso individual. Isso, todavia, não o fará menos interessado na história do país, embora entenda que deva estar menos ligada ao passado imperial e mais preocupada com o que se contará sobre o futuro quando este for também pretérito. Assim, por mais desalentadora que seja a imagem que nos apresenta em suas intervenções, próprias de um habitante da periferia, a personagem vai confirmando, pouco a pouco, a distância que Portugal está da Europa mais rica e centralizada.

Nesse sentido, uma das funções do Silva da Europa, sobretudo à medida que ganha consciência de sua estatura dentro do continente, é justamente lembrar que “as imagens de centro, mormente baseadas em uma saudade ou ansiedade coletiva de grandeza, sob a qual se ocultavam ou disfarçavam [diversas] vivências de periferia” (RIBEIRO, 2004, p. 28), perderam espaço num país de imigração cuja média salarial é uma das mais baixas do continente. Como se trouxesse consigo parte do imaginário que paira sobre a realidade portuguesa desde a segunda metade do século XIX, a personagem, a qual classificaríamos como redonda em termos de caracterização psicológica, se descobre, finalmente, “situada no outro lado do espectro, algo flagelante [é verdade], [como] veiculadora de imagens de periferia” (RIBEIRO, 2004, p. 28).

No início do romance, como acreditava, Portugal estava a alastrar-se pela Europa, pois a UE encurtaria a distância econômica em relação aos países centrais, aproximando os portugueses – de que os Silvas que povoam a *máquina* são quase uma metonímia – do dia em que “deixariam de ser silvestres e agrestes como o mato” para estarem “cada vez

com melhores maneiras, sofisticados e cheios de nuances de interesse, sutilezas como as que assistiam aos grandes caracteres”. Estaria, em rigor, como dizia insistentemente ao Sr. Silva, que o desacreditava, “cheio de razão” (MÃE, 2016, p. 28).

Contudo, no final da *máquina*, o que antes parecia empolgante degradingola, agrava a crise política descrita com mais vigor em um dos poemas de Mãe e leva à instauração da Troika³⁵, fazendo com que o Silva da Europa, enervado, constate: “somos estupefatos por todo o lado, pagamos o mesmo que a Europa paga por qualquer coisa, mas ganhamos três vezes menos, temos salário de rato, salário de humanos de segunda” (MÃE, 2016, p. 168-169). E completa:

quem sabe com toda a gente a bulir, o governo teria piedade católica e aumentaria o salário mínimo nacional para valores suficientes para pôr um aparelho nos dentes dos filhos, comprar um par de botas ortopédicas, um casaco quente para o inverno, conservar o cordão de ouro que nos ofereceram no batizado, pagar o seguro do carro para poder conduzir sem um nó no estômago, ir ver no cinema ao menos um filme não pirateado, ir comer fora uma comida que não seja rápida, fazer um fim de semana de praia em agosto sem pedir aos primos alojamento na despensa do t dois onde vivem (MÃE, 2016, p. 168-169).

Nas palavras de Santos (2011), num contexto em que a noção de periferia se impõe sobre a realidade nacional, o problema do passado como excesso de diagnóstico deve dar lugar a uma sociedade mais participativa e capaz de se inscrever no presente europeu de forma menos imobilista. Ao tentar libertar-se do jugo do passado, onde repousa o tempo de eleição e a história imperial com a qual mais se identifica, quem sabe enfim Portugal consiga “ajustar a sua estatura a uma imagem mais real de si, deixando de ter problemas de identidade” que oscilam, paradoxalmente, a depender da ocasião, “entre o maior ou o menor povo da Europa” (GIL, 2012, p. 52-159).

Na tentativa de mudar este quadro, como adverte o Silva da Europa, a apontar para a construção de uma imagem menos condicionada à ótica fatalista do passado, construído um pouco com base na espera de figuras salvadoras e algo messiânicas, “é preciso que as coisas peguem fogo para que se mexam, pôr esta gente a praticar a cidadania, a optar, participar, decidir como se puder decidir” (MÃE, 2016, p. 169-170). Como já estava claro no poema homônimo comentado anteriormente: “não faz sentido uma nação de gente que sofre por um perdedor obrigado a ganhar” (MÃE, 2016, p. 169) como foi D. Sebastião.

³⁵ Com a crise econômica do fim dos anos 2000, a Troika, formada por responsáveis da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, passaria a vigiar as finanças portuguesas e a negociar as condições do resgate financeiro.

Segundo a personagem, é preciso parar com o masoquismo e “desistir de utopias parvas, dessas que facilmente são substituídas por outras hipóteses, como sucedâneos perfeitos; perfeitos [ou] até melhores” (MÃE, 2016, p. 169).

É dentro deste cenário que deve ser compreendida a citação abaixo, posta na boca de uma personagem que, àquela altura, no final do romance, depois de tanto se questionar a respeito da sua própria europeização, já se entendia como periférica numa Europa onde imaginava que haveria mais igualdade econômica com a consolidação da União Europeia. Porém, mesmo frustrado, é importante notar que o Silva europeu não deseja o iberismo à maneira do que vimos no século XIX, valendo-se da Espanha mais como um exemplo a ser seguido do que como uma panaceia para a resolução de todos os problemas nacionais. Talvez por isso, em seu discurso, não deposite facilmente o destino português em mãos espanholas, preferindo cobrar mais atitude de um país e de um povo à beira do naufrágio, quase a cultivar um sentimento perpétuo de derrota social.

(...) deixem-se de tretas, meus amigos, que o patriotismo só vos fica mal, bem iam assentar-vos uns nomes à maneira, como pepe e pablo, diego e santiago, assim a virar para o lado de lá da fronteira [onde teriam] **uma dignidade à grande e não esta coisa quase a tombar ao mar, como se cada vez mais pressionada contra a parede, a suicidar-se, cheias de saudades, remorsos, queixas e tristezas frustrantes.** (MÃE, 2016, p. 196, grifo nosso)

A Jaime Ramos, personagem emprestada dos romances de Francisco José Viegas, presente no asilo para tentar elucidar a causa dum incêndio tratado como criminoso pelos internos no lar, soará estranho o ímpeto com o qual Enrique – “um tipo de badajoz que se nacionalizara português havia mais de 40 anos, mas estava destituído de todo juízo e tinha sotaque de quem saíra da origem no dia anterior” (MÃE, 2016, p. 167) – queria tanto ser português, como se isso resultasse em benefício que o detetive não é capaz de enxergar e/ou de aproveitar de alguma forma. “Somos portugueses. Somos portugueses. Estamos livres de Franco, livres de Franco” (MÃE, 2016, p. 200), grita Henrique, que, dentro de sua senilidade, ao confundir Francisco Franco com Oliveira Salazar troca, ironicamente, Espanha por Portugal, onde julga ter nascido.

Enervado, o inspetor da polícia judiciária do Porto, ao lado de seu companheiro Isaltino de Jesus, retomando outra vez a questão da desigualdade de renda entre os países, responde ao espanhol: “Ó senhor, ainda há disto? Estávamos bem era a falar castelhano,

com salários castelhanos e uma princesa bonita para as revistas. Que filho da mãe de erro este de proclamarem soberania nos arremedos de uma península³⁶!” (MÃE, 2016, p. 200).

Se os velhos, na *máquina*, não entendem o fervor de Enrique ao comentarem sobre “a porcaria que era a cidadania portuguesa, mesmo depois da revolução, e como poderia ser melhor a espanhola” (MÃE, 2016, p. 197), a percepção do que se tornou o país ganha contorno ainda mais acentuado em um dos poemas. No romance, de alguma maneira, o fervor do espanhol pela cidadania portuguesa, tida como inferior, era, no fundo, invejado: “pudéssemos ser todos assim, convictos, sem orgulhos parvos, apenas a determinação de quem aceita ser daqui e edifica com essa raiz a sua vida” (MÃE, 2016, p. 167).

Em “rogo a espanha para que nos reconquiste de modo urgente e definitivo”, de tão insatisfeitos com a situação que lhes aflige, para “serem alguém na Europa Comum” (MÃE, 2007, p. 80), os portugueses questionam até mesmo o orgulho e a atualidade por trás de uma separação transformada há anos em feriado nacional.

vamos ser magníficos espanhóis de quarta,
os monarcas, os ricos, os pobres e depois nós,
os resgatados à última, antes da hora da morte
por míngua e vergonha na cara, ah, espanhóis
filhos da mãe, que nos lixaram a história, tão
bonita ela seria, venham buscar o que resta, antes
que viremos uma civilização perdida, com a torre
dos clérigos e a torre de belém a lembrar
símbolos fálicos no lodo de uma nova selva

(MÃE, 2007, p. 80).

Da mesma forma que acontece no romance, a leitura integral do poema indica que o eu-lírico irá renegar os traços da história portuguesa que inviabilizem uma vivência de periferia e, porventura, resgatem os resquícios de uma imagem de centro que já não lhe interessa para nada. Neste ponto, Miguel Real (2012) parece ter razão ao destacar que em muitas obras contemporâneas – sobretudo naquelas publicadas a partir do ano 2000 – a

³⁶ Jaime Ramos nasceu na mente de seu criador há cerca de 32 anos e é, provavelmente, o policial mais famoso da literatura portuguesa, não por acaso Francisco José Viegas escreveu uma série de romances nos quais o detetive português concentra as suas ações na resolução de crimes misteriosos e macabros. Do personagem, sabemos que esteve na Guiné durante a Guerra Colonial (1961-1974), onde ficou apenas um ano e meio, e que voltou a Portugal em 1973. No ano seguinte, com o 25 de Abril, tornou-se militante comunista e entrou para a Polícia Judiciária do Porto, quando também se casou com uma comunista de quem se divorciou em 1975, ano em que também abandonou a ideologia. Contudo, apesar de sua atuação política, do que nos foi possível pesquisar em entrevistas concedidas por seu autor sobretudo em jornais portugueses, não parece haver um motivo específico para que Mãe tenha atribuído a Ramos o que é, para nós, um lamento importante dentro da diegese, pois não há indícios, nos livros de Viegas aos quais tivemos acesso, de que o policial tenha uma ligação mais próxima com a Espanha, embora aprecie os seus charutos.

história grandiloquente de Portugal é “desprezada” por diversos escritores. N’*a máquina de fazer espanhóis*, ao olharmos para muitas das conversas entre os velhos, especialmente entre os protagonistas, percebemos que Mãe não deixa de abordá-la, mas o faz para negá-la, apresentando, em contrapartida, como destino, outra imagem para o país: para nós uma imagem disfórica, em tudo oposta à imperial, prenhe de aceitação por parte da população e circunscrita, portanto, à periferia que é Portugal.

Como constata López-Vega (2016) em estudo acerca da periferia na obra de Valter Hugo Mãe, tal noção se aplica a todos os livros do autor que tenham Portugal como espaço narrativo, por isso se busca reposicionar o país na Europa ao fazê-lo dialogar com a África em *o nosso reino* (2004) e com a Ucrânia em *o apocalipse dos trabalhadores* (2008). Ao distanciá-lo da busca por um centro que lhe é tortuoso para aproximá-lo da periferia que tem a ver consigo – em que pese, como já aludimos anteriormente, com base em Santos (2011), todas as mudanças positivas evidentes na sociedade –, Mãe indica que é com esta imagem que os portugueses devem aprender a conviver para colocar fim a uma suposta crise de identidade que se alimenta justamente dum passado cuja grandeza já não encontra lastro na atualidade.

No poema, é isso o que também propõe o eu-lírico ao renegar, de forma voluntária, mas ainda assim melancólica, o irrealismo de um passado dito glorioso, como comentam Eduardo Lourenço em *O labirinto da saudade* (1978) e Calafate Ribeiro em *Uma história de regressos* (2004), o qual, na atualidade, tempo ao qual se volta o poema, não faz “mais do que lhe doer o peito”. Sendo assim, em nosso tempo, por uma vivência de periferia a ser experimentada em sua plenitude, clama a voz do poema:

**vamos todos viver na
lúcida realidade, sem truques de ilusão, sem medos, e nem
os sonhos nos abordarão a noite com angústias
estúpidas.** nada disso, só teremos sonhos de qualidade, com
bons diálogos, espertos de todas as ciências, de discurso
prolífico para proveito de gente grande e quaisquer
criancinhas. coisa de pasmar até os gênios mais esclarecidos,
sem dúvidas e sem enganos, empedernidos, em espanha,
quando espanha for também aqui, só por sermos espanhóis,
sabermos evitar metade dos problemas da vida.

(...)

**vamos renegar convictamente
cada coisa, nem pedro e inês, nem camões a nado
pela poesia. faremos de conta que não nos lembramos de nada
até não nos doer mais o peito.**

(MÃE, 2007, p. 83-84, grifo nosso)

Este, por assim dizer, “iberismo às avessas”, que em Mãe (2007 e 2016) só pode ser pautado única e exclusivamente com base no texto ficcional, por meio de rezas e máquinas de mudar a nacionalidade, é o resultado de uma história que pode ser lida à luz do exílio dum país e dum povo nunca verdadeiramente integrados na Europa. Deixaram-na como “cabeça de toda a Europa” (CAMÕES, 2014, p. 128, [III, 20) para abrir as portas do mundo à modernidade e retornaram, de maneira trágica, alguns séculos depois, como vítimas do mesmo evento, relegados à periferia. Distante dos países ricos com os quais pouco dialoga e sem autêntica autonomia numa Europa ainda marcada pela centralidade de países como Inglaterra, França e Alemanha, Portugal parece buscar um lugar no qual aportar “a última nau”, mas já não traz consigo sinal do Império ou um salvador que o fará ressurgir das brumas. Na busca por um novo destino, que agora só pode ser pensado dentro das fronteiras da Europa, não está em jogo qualquer imagem de centro, senão a concretização duma imagem de periferia marcada pela utopia de uma reaproximação com a Espanha.

Considerações finais

Buscamos, aqui, apresentar o que consideramos ser uma imagem de Portugal ao longo dos últimos cinquenta anos, período em que o país experimentou, não sem alguma dificuldade, dois dos principais acontecimentos de sua história recente, a saber: o término da ditadura em 25 de abril de 1974 e o ingresso à União Europeia em 1º de janeiro de 1986. A forma como o tentamos mostrar, como já se disse, levou em consideração as duas personagens centrais de *a máquina de fazer espanhóis*, cuja análise de suas trajetórias permite-nos enxergar a disforia com a qual o Sr. Silva e o Silva da Europa acompanharam, na maior parte do tempo, os dois momentos em discussão no romance. O modo como esses eventos estão ligados a outros acontecimentos do passado, os quais estão situados em grande parte no século XIX, foi algo que também tentamos discutir ao recuperarmos, por exemplo, a questão da pátria e o papel espanhol na vida portuguesa, demonstrando como Hugo Mãe, antes de chegar ao que consideramos a sua proposta para o Destino de Portugal, não ignora a tradição que primeiro se debruçou sobre esses temas.

Nesse sentido, o “Sem teto, entre ruínas” no título da pesquisa que ora encerramos é, simultaneamente, uma alusão ao romance de Augusto Abelaira publicado em 1978 e a metáfora de um tempo em que se desfaz, pouco a pouco, por meio da ruína de um teto, a pátria portuguesa³⁷, símbolo dum decadentismo já latente nas *Memórias* de Raul Brandão, de onde Abelaira retirou o título do seu livro. Em nosso caso, contudo, a escolha do título, sem negar, evidentemente, a tristeza dos Silvas em relação a Portugal, passa também pela esperança contida por trás da aceitação de uma vivência de periferia a ser posta em prática para que o país se aceite, enfim, como de fato é. Por essa lógica, o que desaba não é tanto um país imerso em uma decadência incontornável, mas uma história que o impede de dar outro sentido ao passado que o assombra³⁸.

Se antes, para responder ao anacronismo e à fragilidade histórica que marcava a relação de Portugal com a Europa, Almeida Garrett e Fernando Pessoa projetaram de um só golpe “os fantasmas nacionais para o passado e para o futuro” (LOURENÇO, 2016), Mãe, sem desconsiderar estes quadros temporais, preocupa-se também com o presente.

³⁷ Sobre isso ver o livro *Escrever a casa portuguesa* (1999), organizado por Jorge Fernandes da Silveira, no qual se discute o espaço da casa como representação de Portugal em romances publicados em sua maioria na segunda metade do século XX, quando as bases que haviam sustentado a casa estavam, metaforicamente, em dissolução.

³⁸ Explicar o título da dissertação nesta etapa do trabalho não configura a inserção de novo argumento no momento de seu encerramento; trata-se, com efeito, da constatação de que para tornar a nossa proposição de nome mais clarividente foi preciso realizar primeiro as análises apresentadas.

Assim, sem perder de vista a situação nacional, o impacto do salazarismo sobre a memória dos Silvas e o sentido do ser português na atualidade, n’*a máquina de fazer espanhóis* a projeção do futuro não está em nenhum aspecto desligada do presente, pois para se chegar à construção da imagem de periferia foi preciso atualizar o passado e entender, a partir da análise do presente, que muito da vivência de centro depositada no futuro não se cumpriu.

Para mostrá-lo, despedindo-se do passado que o atormenta e impede a visão clara do presente, nada mais eficaz do que a memória de velhos, que ao lembrarem atualizam a longa teia de irrealismos em cima da qual se ergueu a história nacional portuguesa (LOURENÇO, 2016). Com a morte do Sr. Silva, Portugal despede-se de uma história da qual não pode jamais esquecer-se, mas da qual também não pode ser refém, “a achar que antigamente é que era bom (...), que salazar é que arranjará tudo” (MÃE, 2016, p. 129), sempre que uma nova crise financeira ou social lhe dificultar a visão do futuro. E o futuro, como nos mostra o Silva europeu, que talvez sobreviva para levar adiante a nova imagem de Portugal, deve ser pensado de maneira crítica e em contato permanente com a fatia periférica da Europa, onde não há espaço para “truques de ilusão” (MÃE, 2007, p. 83) de centro como aqueles representados por uma ideia de união com a Espanha ou mesmo pelo imperialismo arcaico de alguém como Oliveira Salazar.

Parece-nos este o Destino proposto pela *máquina de fazer espanhóis* a Portugal, por meio do qual Valter Hugo Mãe escreveu o seu discurso à nação visando repensar e atualizar trechos do passado sem jamais renunciar à problematização do presente, cuja análise crítica tende a legar ao futuro um país menos impregnado pela ideologia colono-centro-ditatorial que o formou.

Bibliografia

- ABELAIRA, Augusto. **Sem tecto, entre ruínas**. Amadora: Bertrand, 1979.
- ALEGRE, Manuel. **Arte de marear**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de. **A obsessão da Portugalidade**. Lisboa: Quetzal, 2017.
- ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. Trad. Milton Ohata. **Novos estudos CEBRAP**, n. 77, pp. 205-220, mar. 2007.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- BARRENTO, João. **A chama e as cinzas**. Lisboa: Bertrand, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.
- _____. Experiência e Pobreza. In: **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b, pp. 83-86.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BUENO, Aparecida de Fátima. Interloquções luso-brasileiras: o Ultimatum inglês e a República brasileira na Revista de Portugal. In: LOPONDO, Lílian. (Org.). **Dialogia na Literatura Portuguesa**. São Paulo: Scortecci, 2006, p. 37-53.
- CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Porto: Porto Editora, 2014.
- CANDIDO, Antonio et al. **A personagem de ficção**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 17-33.
- CORREIA, Natália. **Somos todos hispanos**. 2. ed. Lisboa: Editorial notícias, 2003.
- DUARTE, Afonso. **Obra poética**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1956.
- EIRAS, Pedro. Boomerang (A Europa em 27 postais). In: **Constelações 2**. Porto: Edições Afrontamento, 2016, pp. 23-47.
- FANTIN, Maria Célia. Como um vírus: a doença do salazarismo em a máquina de fazer espanhóis de Valter Hugo Mãe em diálogo com Afirma Pereira de Antonio Tabucchi. In: **Revista Via Atlântica**, nº 29, São Paulo, set. 2016, pp. 353-370.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GARMES, Hélder.; SIQUEIRA, José Carlos. **Cultura e memória na literatura portuguesa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GARRETT, Almeida. **Portugal na Balança da Europa**: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado. Londres: S. W. Sustainance, 1830.

GIL, José. **Portugal, Hoje: o medo de existir**. 13. ed. Lisboa: Relógio D'Água, 2012.

GNR. **Portugal na CEE**. Lisboa: Estúdios Valentim de Carvalho, 1981. Disponível em: [youtube.com/watch?v=KjCxdfk-kUM](https://www.youtube.com/watch?v=KjCxdfk-kUM). (Acessado em 20 de julho de 2021).

GOBBI, Márcia Valéria Zamboni. **A ficcionalização da História: mito e paródia na narrativa portuguesa contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffer. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? Trad. Hugo Mader. **Novos Estudos Cebrap**, n.77, março 2007, pp. 185-203.

LABANYI, Jo. O reconhecimento dos fantasmas do passado: história, ética e representação. In. RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Org.). **Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003, pp. 59-68.

LÓPEZ-VEGA, Martín. A Europa das periferias nos romances de Valter Hugo Mãe. In. **Nenhuma palavra é exata: estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe**. Porto: Porto Editora, 2016, pp. 365-379.

LOURENÇO, Eduardo. **A Europa desencantada**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2011.

_____. **Nós e a Europa ou as Duas Razões**. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

_____. **O canto do signo, Existência e Literatura (1957-1993)**. Lisboa: Presença, 1993.

_____. **O Labirinto da Saudade**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.

_____. **Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2012.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÃE, Valter Hugo. **a máquina de fazer espanhóis**. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.

_____. **o nosso reino**. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **pornografia erudita**. Porto: Cosmorama, 2007.

MAGALHÃES, Gabriel. A atitude ibérica da Geração de 70 - Variações na Unidade. **Península: revista de estudos ibéricos**. Porto: FLUP, n. 4, 2007, pp. 157-175.

MOURÃO, Luís. Valter Hugo Mãe romancista: os anos de formação (2004-2010). In. **Nenhuma palavra é exata: estudos sobre a obra de Valter Hugo Mãe**. Porto: Porto Editora, 2016, pp. 309-318.

OTSUKA, Natasha. **“Somos um povo de caminhos salgados”**: memória e máquina em Valter Hugo Mãe. Dissertação (Mestrado em Literaturas Portuguesa e Africanas) – Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, António dos Santos. O iberismo em conceito e questão. In: **Relipes: Relações Linguísticas e Literárias entre Portugal e Espanha desde o início do século XIX até à atualidade**. Apresentação de Gabriel Magalhães. Salamanca: Celya, 2007, pp. 17-41.

PEREIRA, Victor. **A ditadura de Salazar e a emigração** - o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974). Lisboa: Temas e Debates, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

PINTO, Fernanda Maria Reis da Fonseca Ferreira. **A integração de Portugal nas Comunidades Europeias**. Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

PIZARRO, Jerônimo; LÓPEZ, Pablo Javier Pérez. Prólogo. In: PESSOA, Fernando. **Ibéria. Introdução a um Imperialismo Futuro**. Lisboa: Ática, 2012, pp. 9-23.

PRESTON, Paul. **A Guerra Civil em Espanha**. Lisboa: Edições 70, 2011.

QUEIRÓS, Eça de. **A Catástrofe**. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

QUENTAL, Antero de. **Causas da Decadência dos Povos Peninsulares**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.

_____. **Portugal perante a revolução de Espanha. Considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica.** Lisboa: Typographia Portugueza, 1868.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo (1950-2010).** 2. ed. Lisboa: Caminho, 2012.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2012.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo.** Porto: Afrontamento, 2004.

_____. O fim da história de regressos e o retorno à África – leituras da literatura contemporânea portuguesa. In. BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana; SARABANDO, Andreia; SILVA, Marie-Manuelle. (Org.). **Itinerâncias: percursos e representações na pós-colonialidade.** Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2012. p. 89-99.

ROCAMORA, José António. Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico. **Análise Social**, v. 28, n. 122, 1993, pp. 631-652.

ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos.** Lisboa: Tinta da China, 2019.

_____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social.** Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa v.35, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

SALAZAR, António de Oliveira. O Meu Depoimento. In: **Discursos e Notas Políticas (1943-1950).** Vol. IV. Coimbra: Coimbra Editora, 1951.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Portugal: ensaio contra a autoflagelação.** Coimbra: Almedina, 2011.

SARAIVA, António José. **A cultura em Portugal – Teoria e História.** Lisboa: Gradiva, 1994.

SARAMAGO, José. **O ano da morte de Ricardo Reis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Discursos de Estocolmo.** Lisboa: Caminho, 1999.

_____. **As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas.** Fernando Gómez Aguilera (org). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, André Souza. Repensar a história: a (nova) imagem de Portugal em *a máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe. **Revista Mosaico**, São José do Rio Preto, v. 16, n. 1, pp. 107-133, 2017.

_____. Os pesados restos coloniais no Caderno de memórias coloniais, de Isabela Figueredo. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 9, n. 21, pp. 47-62, 2020.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). **Escrever a casa portuguesa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SOUSA, Vitor de. **Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia**. Braga: Edições Húmus, 2017.

STEINER, George. **La idea de Europa**. Trad. Maria Córdor. Madrid: Siruela, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

TORGA, Miguel. **Diário V**. Coimbra: Coimbra, 1955.

_____. **Poemas ibéricos**. Coimbra: Coimbra, 1982.

VILELA, Ana Luísa. Eça de Queirós e a Catástrofe Redentora. In. Silva, Fábio Mario da e Cieszyńska, Beata (Org.). **A Missão e o Messianismo nos Contextos Ibéricos e Eslavos**. Lisboa: CLEPUL-FLUL/ Instituto Europeu de Ciências da Cultura Pe. Manuel Antunes, 2016, pp. 41-58.

WHITE, Hayden. **Meta-história: imaginação histórica do século XIX**. Trad. de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 2008

Anexos

Reprodução do poema “rogo a espanha para que nos reconquiste de modo urgente e definitivo” tal como foi publicado no livro *pornografia erudita*, de Valter Hugo Mãe, em 2007. Sendo o poema pouco conhecido e estando o livro esgotado, optamos por dispô-lo nos anexos desta dissertação para que mais leitores possam conhecê-lo.

rogo a espanha para que nos reconquiste
de modo urgente e definitivo

para o isaque ferreira e para o joão rios

<<O Presidente da República ama-nos
O primeiro-ministro sacrifica-se por nós
Sacrificai-vos vós também
A. Pedro Ribeiro>>

deixem-nos ser espanhóis, chamem-nos
pepe e levem-nos a madrid nas viagens de
escola. em portugal já nem há cu que aguento
como nem o castelhano nos cansa. queremos ser
os taxistas dos imperadores, talvez limpar o chão
dos corredores de uma corrupção mais digna, internacional,
ou fazer casas de bonecas para madames de tamanho
natural, mas tirem-nos imediatamente daqui,
por pouco mais vamos começar a gritar
e seremos lancinantes de terra ao céu,
à espera que alguém nos queira bem e nos suture,
por fim, o esfíncter massacrado. tirem-nos daqui
a peso, aceitamos qualquer coisa que nos
preserve a dignidade e nos poupe à visão
do apodrecimento acelerado do país,
queremos pagar caro um internamento num
hospital de espanha, mas nunca barato num

hospital português, porque queremos ter
salários com que possamos orgulhosamente
pagar tudo aquilo de que realmente precisamos.
vinde espanhóis emproados e sofisticados,
façam de nós cidadãos de uma europa comum,
façam-nos parecer alguém, ainda que tenhamos
que dançar o flamenco e respeitar o hilário
da monarquia e sim, faremos de conta que
não percebemos a mariquice dos vossos homens
teremos cuidados por disfarçar a nossa
masculinidade perturbando-nos com os
tóxicos da paloma picasso e comprando até
as camisolas azul-bebé das lojas da zara,
vamos todos ser magníficos espanhóis de quarta,
os monarcas, os ricos, os pobres e depois nós,
os resgatados à última, antes da hora da morte
por míngua e vergonha na cara, ah, espanhóis
filhos-da-mãe, que nos lixaram a história, tão
bonita que ela seria, venham buscar o resta, antes
que viremos uma civilização perdida, com a torre
dos clérigos e a torre de belém a lembrar
símbolos fálicos no lodo de uma nova selva,
típicos de quem outrora teve tesão, queremos
ter tesão espanhol, grosso, enorme,
pago a ouros que se vejam, erigido ante as mais
delicadas donzelas depois de jantares em
bons restaurantes. queremos preservativos às
cores que digam, buenas noches,
e usar mamas em tudo o que fizermos, e gritarmos
vale, vale, porque passa a valer tudo, mesmo
que sejamos cidadãos de quarta. sem sócrates
a esperança de vida aumenta. sem sócrates
o tamanho médio dos pênis dos portugueses
aumenta. sem sócrates as mulheres querem mais

sexo. sem sócrates podemos, com cem anos de
muito trabalho, sonhar com sermos ricos.
e eu quero divertir-me, alguém que me divirta
já, quero alguém que me diga e faça
algo que me entretenha como deve ser, porque
estou farto de divertir o estado, eu aqui pequenino
todo lixado, a vê-los a passar, as mãos nos bolsos
como quem tem dinheiro lá dentro, o sorrisinho esperto
de quem nasceu pela boca, numa palavrinha dada à
socapa ao chefe do mundo, olha, este é meu filho,
arranja-lhe aí um poleiro, coitado, gosta de ver as
coisas de cima, e mais nada. e eles aparecem, com
umas testas lindas de quem não bateu com a
cabeça na parede, e não fora terem o ar de quem fode mal,
até podiam ser felizes, uns tipos todos apalavrados para
serem felizes, em espanha não é nada assim,
há a monarquia para, por um critério esplendorosamente
exato, definir quem é o gajo do poleiro. o gajo do
poleiro, vê-se bem, é quem a rainha fizer, é tão
mais simples, fica tudo tão mais fácil. isso sim,
traz justiça, acaba com lutas e espalha por todos
um sentimento bonito de se viver ainda num
conto de fadas, com princesas a cavalo
e príncipes esquisitos. ah, gente, se a torre dos
clérigos e a torre de belém tivessem dinheiro,
era ver os príncipes de toda a europa a salivarem
de contentes viajando para portugal a toda a hora
ajoelhando-se ali como aos nossos pés,
de boca aberta e muito caladinhos, e a gente a coçar
pelos e a vê-los cuspir para o tejo eufóricos e pedindo
mais filhos-da-mãe. vamos ser todos hermanos,
então sim, vamos perceber qual a piada da vida, ali,
gorduchinhos de orgulho por não nos acenarem mais
com a fome e nos deixarem entretidos com

grandes notícias de tv. como vai ser bom o mundo.
com as mulheres a abortarem os filhos que nos
iriam tramar o futuro a todos. queremos todos os
abortos com muito carinho. mais abortos houvesse,
menos primeiros-ministros nasceriam.
e era fazermos filas intermináveis nas clínicas para
nos rirmos à vontade e inteligentes, como quem
tem liberdade e a preza. e diremos, ai que bien,
nos gusta tanto ser por españa, e engoliremos
em seco, sem que se note, a saudade pobrezinha de termos
sido portugueses. vamos renegar convictamente
cada coisa, nem pedro e inês, nem camões a nado
pela poesia. faremos de conta que não nos
lembramos de nada até não nos lembrarmos de nada
e não nos doer mais o peito. e quem sabe passaremos,
tantos de nós, a ser própria cármem maura, e a ter
ataques de nervos em filmes de sucesso, já os
espanhóis tão confundidos com as nossas origens
quanto nós, será lindo. milhões de portugueses
bonitos, tonificados e bem-vestidos, sem bigode e
muito menos problemas com a queda de cabelo, hirtos
a caminho dos seus empregos com ar-condicionado e
direito a dormir à tarde, para não nos cansarmos muito,
quem sabe até nos dão a possibilidade de telefonar
de graça para um amigo, ou levar para casa uma resma
de papel do armário dos consumíveis da empresa. tenho
a certeza de que seremos felizes, prósperos, mais bíblicos
do que nunca, preparados para a preservação da espécie
como baratas de grife, protegidos por santiago, rezando
nas capelinhas de léon ou sevilha, ui, é que vai ser, nós ali
metidos dentro até, quem sabe um dia, mandarmos em tudo,
cobrarmos bilhetes e fazermos caras feias aos espanhóis
verdadeiros. queremos sair, abram as portas douradas,
queremos sair pela metafísica adentro de passarmos a

ser outros no mesmo lugar. anda, esteves, vais ver espanha, rapaz, e nem precisas de ir longe, porque será já aqui, que dizes a este golpe de mágica, não te dá que pensar, ó desautinado do tédio, e ainda que não penses e passes indelével pela vida, serás um espanhol protegido e amado, nem que não queiras. poderás fazer amor, ter um bom emprego, casar, ter dois filhos, um carro, uma amante e não pensar mais nisso. não penses mais nisso, dir-te-ão, estará tudo resolvido e poderás seguir sendo um anti-herói da poesia de outros tempos, uma poesia tolinha de tão portuguesa e já morta, uma poesia para a arqueologia do que ninguém vai querer estudar. vamos todos viver na lúcida realidade, sem truques de ilusão, sem medos, e nem os sonhos nos abordarão a noite com angústias estúpidas. nada disso, só teremos sonhos de qualidade, com bons diálogos, espertos de todas as ciências, de discurso prolífico para proveito de gente grande e quaisquer criancinhas. coisa de pasmar até os gênios mais esclarecidos, sem dúvidas e sem enganar, empedernidos, em espanha, quando espanha for também aqui, só por sermos espanhóis saberemos evitar metade dos problemas da vida, bem como seremos perfeitos a existir por todos os lados, conforme nos aprouver, largos e alastrando, sem limites. abriremos mais os olhos, capazes de ver melhor. faremos de tudo uma festa, conversando uma oitava acima do normal, fazendo amigos em toda a parte até ensurdecermos totalmente e desimportados com isso. juntem, por isso, a vossa à minha voz e se der errado, se os espanhóis forem a mesma merda que somos nós, rogamus ajuda à frança, que por lá, é certo, há mais português infiltrado, com quem roeremos por dentro as fundações de cada empecilho, até que também como edifícios comidos de traça, nem que seja preciso aluir paris e lamentar tal coisa eternamente. um dia, meus amigos, também haveremos de encher a pança.